

Lousada

**15ª SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA****ATA N.º 15/2024****SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2024**

-----Ao trigésimo dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte quatro, pelas vinte e horas, reuniu, presencialmente e simultaneamente transmitida via streaming nas instalações do Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho de Lousada. -----

-----Às vinte e uma horas e dezassete minutos, foi feita a chamada e verificou-se estarem presentes os seguintes Membros Municipais: -----

**PRESENTES:**-----

**MEMBROS ELEITOS:**-----

- - André António das Neves Magalhães, substituto de Leonel Domingos Reis Vieira da Silva;-----
- - João Carlos Pinto Correia;-----
- - Agostinho Gaspar de Oliveira Ribeiro;-----
- - Lurdes Cristiana Nunes de Bessa, substituta de João Carlos Sousa Teixeira da Fonseca;-----
- - Rúben João Pinto Bessa;-----
- - Antero de Sousa Correia, substituto de Maria José Pacheco Meireles Magalhães;-----
- - Pedro Miguel Amaral Silva;-----
- - Sónia Cláudia Fernandes de Oliveira;-----
- - Vítor Carlos Almeida da Silva;-----
- - Ana Cristina Leal Moreira;-----
- - Nuno Emanuel Moreira Fernandes, substituto de Adelaide Augusta Vieira Barata Gomes;-----
- - Pedro Filipe Teixeira de Faria;-----
- - Paulo Alexandre Pedro de Magalhães;-----
- - Carlos Manuel Cunha Moreira;-----
- - Sónia Cristina Lourenço Ribeiro, substituta de Joana Sofia Pacheco Nogueira;-----
- - MARIA DE LURDES OLIVEIRA E CASTRO.-----

**OS PRESIDENTES DAS JUNTAS DE FREGUESIA PRESENTES NA SESSÃO:**-----

- -- Jorge Agostinho Magalhães Cunha, freguesia de Aveleda;-----
- -- Luís Daniel Fernandes Peixoto, freguesia de Caide de Rei;-----
- -- Carlos Manuel da rocha Leal Ribeiro, representante legal de Armando Jorge da Mota Moreira, freguesia de Lodares;-----
- -- Paulo Abílio Teixeira dos Santos, freguesia de Macieira;-----
- -- Nuno Daniel de Sousa Ferreira, freguesia de Meinedo;-----
- -- Joaquim Ribeiro de Magalhães, freguesia de Nevogilde;-----
- -- Diogo Agostinho Carvalho Aires, freguesia de Sousela;-----
- -- Elisa Maria Ferreira Cardoso Rosa Mesquita Pinto, freguesia do Torno;



leostwo

- António Fernando Morais da Silva, freguesia de Vilar do Torno e Alentém;-----
- Eduardo António Sousa e Castro Taveira, da União das freguesias de Cernadelo e Lousada (São Miguel e Santa Margarida);-----
- Eduardo A. Vilar Barbosa, da União das freguesias de Cristelos, Boim e Ordem;-----
- José Oliveira Nunes, da União de freguesias de Nespereira e Casais. -

----- Verificou-se estarem presentes **28 Membros Municipais**, bem como a presença do senhor Presidente da Câmara Municipal de Lousada, Dr. Pedro Daniel Machado Gomes e dos senhores vereadores, Cristóvão Simão Oliveira Ribeiro, Manuel António da Mota Nunes, Carlos Manuel Soares Nunes, Maria do Céu Vieira Rocha, Nelson Ângelo Coelho Oliveira e António Augusto dos Reis Silva. -----

-----Verificando-se a existência de quórum, a senhora Presidente da Assembleia Municipal, Maria de Lurdes Oliveira e Castro, declarou aberta a Sessão. -----

-----**PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----**Entraram na sala, às 21 horas e 21 minutos, os membros municipais:** -

- Sandra Maria Leonor Pereira da Silva (Coligação Acreditar Lousada) e, -----
- Fausto Manuel da Costa Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga (Coligação Acreditar Lousada). -----

----- **A Presidente da Assembleia da Assembleia Municipal começou por informar os membros municipais presentes dos seguintes assuntos:** -----

-----Em primeiro lugar, em virtude da impossibilidade do Membro Municipal, Primeiro Secretário da Mesa, José Bernardino Pinto Nogueira, de estar presente nesta sessão, por motivos de saúde, é nos termos legais substituído na Mesa pelo Segundo Secretário, Rúben João Pinto Bessa, ficando, por isso, a composição da Mesa incompleta. -----

----- Assim, cumprindo o disposto no n.º 5 do art.º 22.º do Regimento em vigor ("Na falta de um ou dois membros da Mesa, o membro restante nomeia os outros elementos necessários."), vamos chamar um membro Municipal para suprir a falta.

----- Nestes termos, solicito ao Membro Municipal, Vítor Carlos Almeida da Silva, que integre a Mesa da Assembleia Municipal nesta Sessão para o de Segundo Secretário. -----

----- **Pedidos de substituição nos termos do artigo 78.º e 79.º da Lei 169/99 de 18 de setembro (versão atualizada):** -----

- Leonel Domingos Reis Vieira da Silva (Coligação Acreditar Lousada) substituído por André António das Neves Magalhães (Coligação Acreditar Lousada); -----
- José Bernardino Pinto Nogueira, (PS) substituído por Óscar Miguel Sobral da Silva (PS);-----
- João Carlos Sousa Teixeira da Fonseca (PS), substituído por Lurdes Cristiana Nunes de Bessa;-----
- Maria José Magalhães (PS) substituída por Antero de Sousa Correia (PS).;-----
- Adelaide Augusta Vieira Barata Gomes (PS), substituída por Nuno Emanuel Moreira Fernandes (PS), uma vez que o elemento a seguir na lista Rui Fernando Vieira Silva Pereira comunicou que não poderia estar presente e, -----
- Joana Sofia Pacheco Nogueira (PS), substituída por Sónia Cristina Lourenço Ribeiro (PS), uma vez que o elemento a seguir na lista Lara da Rocha Santos, estava indisponível para estar presente na mesma. -----

-----**E, pedido de substituição de nos termos do n.º 3 do artigo n.º 10 do Regimento da Assembleia Municipal de Lousada e, al. º c) do n.º 1 do artigo 18 da lei n.º 75/2012 de 12 de setembro (versão atualizada):** -----

- Armando Jorge da Mota Moreira, Presidente da Junta de Freguesia de Lodares substituído pelo seu Representante Legal, Carlos Manuel da Rocha Leal Ribeiro. -----

-----**A senhora Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento das atas das reuniões de Câmara:** -----

- Ata n.º 52 da Reunião Ordinária de 15/01/2024;-----
- Ata n.º 53 da Reunião Ordinária de 29/01/2024;-----
- Ata n.º 54 da Reunião Ordinária de 12/02/2024;-----
- Ata n.º 55 da Reunião Ordinária de 26/02/2024; -----
- Ata n.º 56 da Reunião Ordinária de 11/03/2024;-----
- Ata n.º 57 da Reunião ordinária de 25/03/2024; -----

-----Em seguida foi posta a discussão/votação a Ata da Assembleia Municipal n.º 14/2024, referente à Sessão Ordinária de 29 de fevereiro de 2024, não se tendo registado qualquer intervenção, foi colocada a votação, **a mesma foi aprovada por unanimidade pelos membros presentes participantes na sessão de 29 de fevereiro de 2024.** -----

Não participaram na votação os Membros da Assembleia que não estiveram presentes na referida Sessão, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo. -----

----- Em seguida foi apresentada a **Proposta N.º 1**, do seguinte teor: -----

**“A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada e os Grupos Municipais, propõem um voto de pesar e um minuto de silêncio pelo falecimento do Presidente da Assembleia Municipal de Felgueiras e da Assembleia Intermunicipal da CIM (Comunidade Intermunicipal) do Tâmega e Sousa, professor José da Silva Campos.”-----**

----- **Deliberação:** Aprovado por unanimidade de 30 votos. -----

----- Foi cumprindo um minuto de silêncio em sua memória. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS GRUPOS MUNICIPAIS** -----

-----A senhora Presidente da Assembleia deu **início ao período de intervenção dos Grupos Municipais**, dando a palavra aos Membros da Assembleia Municipal Presentes.-----

-----**Intervenção do Membro Municipal, Pedro Amaral, da Coligação Acreditar Lousada:** «Antes de mais, cumprimentar a Mesa da Assembleia, todo o executivo, na pessoa do Senhor Presidente, os meus colegas e colegas Deputadas, Senhores Presidentes de Junta, a Comunicação Social, o Público aqui presente e, os Lousadenses que nos seguem em casa. -----  
----- Na Assembleia de abril de 2022, numas das minhas primeiras intervenções, neste mandato, vim a este púlpito expressar a minha surpresa acerca da forma como percebi ser hábito celebrar-se o 25 de abril, em Lousada. Pois bem, passados dois anos, apercebo-me não só, que as minhas inquietações tinham razão de ser como nada mudou na arrogância assumida por esta maioria no início do mandato. Seguramente, virá o Partido Socialista dizer, para tentar justificar, o injustificável, até aumentamos as iniciativas, é verdade, aumentaram, mas mal fora que não o fizessem numa data tão significativa. Dirão, também, homenageamos a data com um marco evocativo, é verdade, homenagearam. Mas, mal fora que na vossa espuma dos dias nada ficasse de concreto desta data. Dirão ainda, até vos demos a palavra, é verdade, deram pelos menos em parte, mas mal fora que no Dia da Liberdade pensassem sequer não o fazer. A verdade é que em Lousada o exercício do poder faz-se no gabinete e por decreto e, a oposição democraticamente eleita está reconduzida a um frete que o Partido Socialista, por obrigação de lei, tem de vir a esta casa ouvir com enfado de três em três meses. Não, senhores deputados, não. Aquilo que este executivo esquece, é que não há liberdade sem democracia e, não há democracia sem partidos políticos, que são os representantes dos cidadãos, fundamento e fim último de todo o ideal democrático. É inaceitável que os representantes da oposição, depois do convite inicial, só tenham recebido contato sobre a programação protocolar na tarde anterior às comorações e, apenas depois dessa questão ser levantada nesse dia em reunião de Câmara. Senhor Presidente,

D  
castru

Senhora Presidente da Assembleia, informar de véspera a oposição que irá intervir na sessão solene e, chamar a contragosto os Vereadores da Coligação para o descerramento de uma placa, é com todo o respeito vender aos Lousadenses uma ilusão de uma liberdade meramente formal que esta Coligação não aceita. A liberdade não é uma medalha posta ao peito só de alguns para fazer bonito nos discursos. A liberdade e a democracia fazem-se nas ações concretas de cada um e na lealdade institucional que demonstramos uns aos outros. E, por isso, nesta data em que comemoramos 50 anos do 25 de abril, volto a este púlpito para dizer que enquanto houver liberdade por reclamar em Lousada, o PSD e CDS, cá estarão para livremente a exigir. Como diz o povo as atitudes ficam com quem as pratica. A vossa atitude moral em relação à liberdade está à vista de todos. E, também, com essa nota, quero apenas terminar com um último reparo este mais pessoal, porque como se costuma dizer, quem não se sente não é filho de boa gente. Para dizer que, fica anotado para futuro, que para este executivo o CDS existe apenas numa versão regimental desta Assembleia sem possibilidade própria de fora dela intervir numa sessão, aliás evocativa da liberdade e da pluralidade democráticas. Talvez um CDS mais dócil para com o poder instalado porventura tivesse tido essa possibilidade. Fica a dúvida!... Disse.» -----  
-----

----- **Entrou na sala, às 21 horas e 30 minutos, o Membro Municipal:** -----

- Óscar Miguel Sobral da Silva (PS), substituto do membro efetivo José Bernardino Pinto Nogueira (PS). -----

----- **Intervenção do Membro Municipal, ANA LEAL MOREIRA, da Coligação Acreditar Lousada:** «Muito boa noite a todos. Começo por cumprimentar a Mesa da assembleia, Senhor presidente, Vereadora, Vereadores, Deputadas Municipais, Deputados Municipais, Presidentes de Junta, Público, Comunicação Social. Lousadenses. -----

É com muito orgulho e satisfação que hoje, vos dirijo a palavra para destacar um feito alcançado pela Coligação Acreditar Lousada durante esta mandato. O nosso compromisso com o progresso e o bem-estar dos lousadenses nunca foi tão evidente como agora. E, é por meio de conquistas como esta que reiteramos a nossa convicção de que estamos no caminho certo para fazer a diferença. A Coligação Acreditar Lousada, tem vindo a dedicar esforços à implementação de políticas e projetos que visam melhorar a qualidade de vida dos cidadãos em particular dos nossos jovens. Em 28/09/2022, apresentamos uma Moção intitulada "Habitação Jovem Própria Permanente em Lousada", foi aprovada por 12 votos a favor, da Coligação Acreditar Lousada e 22 abstenções do Partido Socialista. Desde então tenho vindo a esta Assembleia Municipal, abordar o assunto, tendo em quase todas as Assembleias, não só fazendo o ponto de situação, mas sobretudo para exigir celeridade no processo, porque afinal de contas estivemos a falar de uma proposta que iria beneficiar e muito os lousadenses combatendo assim um dos maiores flagelos nacionais que é o

costo

reconhecido falta de habitação. Chegamos a 24/04/2024, a proposta de Regulamento de Apoio aos Jovens na Aquisição ou Edificação da Habitação Própria Permanente, foi aprovada em reunião de Câmara Municipal, a fim de ser trazida a esta Assembleia. Apesar das críticas, das questões sobre uma suposta ilegalidade, a falta de experiência com que eu fui confrontada por tentar resolver problemas deste concelho eis que nas palavras do Sr. Presidente da República, vos digo: esperávamos, desejávamos, conseguimos. Podemos hoje dizer que os jovens lousadenses, irão ter a isenção do IMT, a isenção do IML e a isenção em Taxas Municipais, no que toca a operações urbanísticas na aquisição de um imóvel ou de uma fração autónoma no concelho de Lousada. Este regulamento para além de um apoio financeiro ajudará a proporcionar o desejo de muitos fixar-se na nossa tão querida vila de Lousada. No entanto, enquanto celebramos esta conquista também desafiamos o executivo municipal a reconhecer a importância das propostas da Coligação Acreditar Lousada e a priorizá-las na agenda política. Senhor Presidente, todos nós fomos eleitos com o mesmo propósito e o mesmo anseio, servir os lousadenses. E, a nossa missão não é apenas propor mudanças, mas garantir que essas mudanças sejam implementadas para benefício de todos. Portanto, numa perspetiva de acelerar a construção de habitações para jovens e não ficar refém das habitações a disponibilizar pelo IHRU ou pelo Município, ressalvamos a questão das cooperativas de habitação a custos controlados, uma outra medida que consta na Moção por nós apresentada. Colocando em prática as iniciativas e as propostas que sabemos serem capazes de transformar positivamente a vida dos lousadense, especialmente os nossos jovens, podemos construir um futuro melhor e mais promissor para o nosso concelho. Lousada merece o melhor. E, é com esse compromisso inabalável com o progresso e o bem-estar da nossa comunidade que continuaremos a avançar. Contamos com o apoio de todos vocês para tornar esses ideais uma realidade.» -----

----- **Intervenção do Membro Municipal, JOÃO CORREIA, do Partido Socialista:** «Senhor deputado, achei que vinha aqui defender que devíamos celebrar este ano, o 25 de novembro. Estive quase achar que era essa a proposta que o CDS/PP, ia fazer aqui nesta Assembleia, ainda não aconteceu! Os senhores conseguiram vir aqui dizer uma coisa e o seu contrário. Portanto, o senhor acusou que nós não ouvimos a oposição. A senhora doutora veio aqui dizer que nós ouvimos a oposição e por isso aprovamos o regulamento. Tem se decidir... tanto quanto eu sei e pude ler dos documentos, a proposta que foi a reunião de câmara, foi do Partido Socialista, do regulamento. Ainda assim, isto só prova que aquilo que tem vindo a dizer ao longo dos últimos anos, não é verdade. Pelos vistos no entender da senhora doutora, nós acolhemos, ouvimos as propostas que a oposição faz e, estão aqui refletidas. O seu colega é que não tem a mesma opinião pelos vistos, mas está provado, por mais que vocês queiram dizer o contrário, o Partido Socialista em Lousada tal como o PSD e certamente do CDS/PP, estão disponíveis sempre para ouvir e acolher todas as propostas

que sejam, boas, positivas e que valorizem o nosso concelho. Estarem a dizer ou a vender que isso não é verdade, é mentira e vocês sabem disso.»

-----  
**Intervenção do Membro Municipal, GASPAR RIBEIRO, da Coligação Acreditar Lousada:** -----

----- Cumprimentar na pessoa da senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, a Mesa e senhor Presidente de Câmara, senhoras e senhores Vereadores, senhores Deputados, excelentíssimo público, comunicação social e, todos aqueles que eventualmente nos acompanham nesta Assembleia, em casa como é óbvio, -----  
Demorou mais tempo os cumprimentos do que o que eu vim aqui fazer, só vim fazer uma pergunta. Eu gostava só de saber se fosse celebrado o 25 de novembro, o senhor deputado não vai celebrá-lo? Se é contra? O 25 de novembro havia um grupo de radicais de esquerda que queriam impor uma ditadura de esquerda, portanto alguém impediu, agora há quem queira celebrar esse facto. Portanto, a minha pergunta, porque vi-o tão indignado com o 25 de novembro, gostava só de saber, se houvesse celebrações do 25 de novembro, se vai celebrar ou não? Quer dizer ou se vai ficar chateado por ter celebrado algo que queria que não acontecesse. Era só isso, disse.» -----

-----  
**Intervenção do Membro Municipal, JOÃO CORREIA, do Partido Socialista:** «Só para responder à invetiva do senhor deputado. Senhor deputado não me parece que seja uma discussão que vamos ter no período antes da ordem do dia. De todo modo, eu conheço a história e certamente se calhar não discordaria muito dessa opinião, mas é a minha opinião pessoal, não vincula, eventualmente, o grupo parlamentar do Partido Socialista, mas acho que também é uma discussão que não vamos ter digo eu! Mas pareceu-me, aliás a questão não está aí, a questão está em achar que o nosso colega, amigo e deputado podia eventualmente vir aqui mostrando-se indignado com o 25 de abril apresentar uma proposta para celebrarmos o 25 de novembro, tendo a certeza de que nessa altura o CDS, teria todo o direito em discursar, falar e pregar e pregar e, pregar quanto ao 25 de novembro. Disse. -----

-----  
**Entrou na sala, às 21 horas e 37 minutos, o Membro Municipal:** -----

- Joaquim José Correia Bessa (Coligação Acreditar Lousada). -----

-----  
**Resposta do senhor Presidente da Câmara Municipal, PEDRO MACHADO:** «Muito boa noite a todos e a todas, um cumprimento especial à senhora Presidente da Assembleia Municipal, Mesa, senhora Vereadora e senhores Vereadores, senhoras e senhores deputados. -----  
Relativamente, à intervenção do Dr. Pedro Amaral, continuo a ficar admirado com algumas intervenções que se fazem aqui nesta Assembleia, mas pelo menos, enfim, fez algumas questões e deu logo as respostas. Mas não posso de maneira nenhuma aceitar críticas de arrogância e de ser

pouco democrático. Quem me conhece não pode fazer, de uma forma justa, essa crítica. -----

Relativamente à questão de o convite ter sido na véspera, não é verdade. O convite foi formalizado por e-mail no dia 22 de abril, portanto três dias antes, e diria que era mais que expectável, porque o programa era público, e incluía uma cerimónia e era óbvio que íamos pedir à oposição para fazer uma intervenção. -----

Relativamente ao convite do CDS, às tantas fazia questão de mostrar o cravo branco, mas nós convidamos o Grupo Parlamentar que está aqui representado na Assembleia. Foi esse o critério. Eu sei que o seu partido faz questão de não colocar o cravo vermelho, prefere o cravo branco e, isso entronca naquilo que aqui foi falado sobre o 25 de novembro. As pessoas que defendem que o 25 de abril não foi completo sem o 25 de novembro, acho que estão a desmerecer a luta de milhares de pessoas que se sacrificaram por uma causa. Não estou aqui a menosprezar a importância do 25 de novembro, o que eu quero dizer com isto é que uma coisa não se sobrepõe à outra, nem devemos estar a falar do 25 de abril e ao mesmo tempo falar do 25 de novembro, porque são dois factos históricos completamente diferentes. E, depois, é público e ainda recentemente o atual Presidente da República disse que um dos grandes aliados, uma das pessoas que contribuiu decisivamente para o sucesso do 25 de novembro, foi alguém do PS, o histórico Mário Soares, portanto, o PS também está à vontade nesse assunto. O que não me parece bem a mim é falar do 25 de abril e dizer que o 25 de abril só ficou completo com o 25 de novembro. Acho que isso é desmerecer o feito do 25 de abril. -----

Depois, registei aqui, enfim, a tal incongruência que o João já aqui referiu, não é... O senhor deputado faz aqui uma intervenção no sentido de que nós não queremos saber da oposição, que não vos ouvimos, que não vos respeitamos e depois vem a senhora deputada dizer exatamente o contrário. Que o mérito é todo da oposição, é todo dela em particular naquela proposta que eu apresentei à reunião de câmara para se aprovar um projeto de regulamento de incentivos à aquisição e construção de habitação própria, permanente para jovens. -----

E, já agora, aproveito a oportunidade para dar nota de que já terá sido publicada, ou vai sê-lo nestes dias, essa proposta para discussão pública. E, o que está previsto é que o município isente de IMT e de IMI durante 3 anos, as aquisições de bens imóveis para habitação própria e permanente. Para que os jovens possam beneficiar dessa medida têm de ter até 35 anos, não podem ter outra habitação, nem um património acima de determinado valor, creio que são 175 mil euros. Aliás, também essa isenção é só para prédios cujo valor patrimonial ou valor de alienação não exceda 250 mil euros e, só beneficia da isenção até 175, ou seja, na aquisição de uma fração ou de uma moradia até 175 mil euros, está isento de IMT e de IMI, durante 3 anos. Se for acima desse valor tem isenção até 175 mil euros e paga o IMI e o IMT da diferença até 250 mil. Se for superior a 250 mil, não tem qualquer benefício. E, porquê 175 mil euros? Porque face àquilo que é o mercado atual em Lousada, parece-nos que é um valor mais do que

Lousada

razoável e também acho que não compete à Câmara contribuir para a especulação imobiliária, também é um sinal que podemos dar ao mercado, porque parece-me que os valores estão já a atingir montantes acima daquilo que uma família média pode pagar. Esta iniciativa da Câmara municipal vai ter como resultado uma quebra significativa das receitas. Estamos a falar, mais ou menos, na ordem de 3 mil euros de poupança na aquisição de uma habitação. Neste momento, nós não temos ainda os dados que nos permitam fazer uma previsão dessa receita que se vai perder, porque o que nós temos são os prédios urbanos transacionados e temos também, ou vamos ter com alguma facilidade, aqueles que se destinam à habitação. Agora, o que nós precisamos de saber é, dentro desses, quais aqueles que são adquiridos por jovens até 35 anos. Não sei se as finanças vão conseguir dar-nos essa informação, mas de qualquer modo, independentemente disso, é um esforço que na nossa opinião a Câmara Municipal deve fazer para ser uma ajuda efetiva aos jovens casais que se veem com esta dificuldade, por força da inflação e da subida exponencial de preços dos últimos anos. O panorama do crédito habitação e da subida das taxas de juro, também contribui para o problema e, portanto, achamos que a Câmara Municipal deve fazer este esforço. Paralelamente, estão previstos, também, incentivos para a construção de habitação própria, através da isenção de taxas e depois a isenção do IML, exatamente nos mesmos 3 anos. Só é elegível se os beneficiários efetivos não tiverem beneficiado anteriormente dessa medida. E, portanto, basicamente é isso que está previsto. Vamos ver agora os contributos que nos forem apresentados para depois apresentarmos a versão final e trazer aqui o assunto à Assembleia. Dar nota também de que são muitos poucos os Municípios que têm estas medidas e houve aqui muitas dúvidas legais que tivemos e que foram, entretanto, removidas. Também está previsto que esta isenção não é prévia à transmissão, ou seja, na transmissão é feita a liquidação e o pagamento às finanças e depois têm 60 dias para pedir a devolução ou reembolso. A Câmara depois verifica em função da documentação que vamos ter de exigir e enviamos para as finanças e depois são as finanças que fazem essa devolução. E, basicamente, era isso que tinha para dizer. A senhora deputada, Ana Cristina também referiu a questão das cooperativas de habitação. Eu acho muito bem e estarei disponível para apoiar esse tipo de incentivos. Mas aquilo que eu sinto é que há em Portugal algum receio por força de algumas experiências de cooperativas mal-sucedidas sobretudo nos grandes centros urbanos. Eu próprio, quando exercia advocacia ainda tratei de um processo de alguém que fez contributos significativos, pagou durante anos e anos prestações para ter a sua casa através de uma cooperativa e depois esta falhou e a pessoa ficou sem nada, sem o imóvel e sem aquilo que foram as prestações pecuniárias que contribuíram para aquela causa. E, infelizmente, aconteceu com alguma frequência esse tipo de coisas, pelo menos as pessoas com mais alguma idade desconfiam muito dessas soluções, apesar dessas soluções serem muito meritórias, porque efetivamente a génese das cooperativas é muito boa. Aliás, para

que isto possa ser uma solução efetiva tem de haver um interesse de um conjunto de pessoas que queiram formar essa cooperativa. Aquilo que posso dizer é que a Câmara estará seguramente disponível para as apoiar, mas não me parece que compete à Câmara ser o chefe de fila para um projeto desse tipo, isso deve partir da iniciativa privada.» -----

-----**PERIODO DA ORDEM DO DIA**-----

-----Finalizadas as intervenções, a senhora Presidente da Assembleia Municipal deu início ao **PERIODO DA ORDEM DO DIA**, dando a palavra aos Membros da Assembleia Municipal PRESENTES, com os seguintes pontos a deliberar: -----

**1. -----Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara e discussão de outros assuntos de interesse do Município; -----**

-----**Entrou na sala, às 21 horas e 50 minutos, o Membro Municipal: -----**

- João Fernando Pinto Magalhães, Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Figueiras e Covas (Coligação Acreditar Lousada). -----

-----**Intervenção do Membro Municipal PEDRO AMARAL, da Coligação Acreditar Lousada:** «Antes de iniciar esta intervenção, só algumas notas, pelo menos a bem de algum rigor.... Primeiro, eu não falei do 25 de novembro, não falei, de facto, quem trouxe aqui o tema do 25 de novembro, mas ainda bem!.. mas lá iremos, em tempo oportuno, lá iremos... Agora, uma colsa é inegável e, sobre isso estou de acordo consigo Sr. Presidente, é que só existiu o 25 de novembro, porque existiu antes um 25 de abril, ponto final. Sobre isso acho que estamos todos de acordo. E, digolhe, mais, acho que temos de olhar para o PREC, para o período revolucionário em curso, não só como um mal que foi pelas pessoas que padeceram durante esse período, mas como um processo que nos levou àquilo que somos hoje, uma democracia plural. E, foi sobre isso que vim aqui falar, democracia plural, não vim cá falar de medidas concretas que os senhores, ainda bem, acabaram por adotar, vim falar em concreto de uma situação que toca naquilo que é mais sensível daquilo que celebramos que foi o Dia da Liberdade, isto posto. A propósito das informações, queria só fazer uma breve nota inicial para dizer que, apesar de elas ainda não chegarem com a epígrafe de intervenção do Sr. Presidente, sinto cada vez mais que elas têm expressado o seu cunho pessoal e, que têm cada vez mais enfoque noutros pelouros, iniciativas de quem se vai perfilhando eventualmente como candidato. Da análise das informações ressaltam-me à vista dois pontos que me parece importante dar nota aos lousadenses.

Primeiro, ponto, tem a ver com a informação de que estão abertas as candidaturas para o Lousada Coworking. Ora uma vez que não resulta evidente da informação escrita, nem das publicações do Sr. Vereador do Pelouro e, do Sr. Presidente que apenas falam na abertura das candidaturas ou inscrições. Queria questionar o Sr. Vereador, se o espaço já está operacional e, se já se encontra aberto? Se já está aberto, para que servem estas inscrições ou candidaturas? Também ainda não percebi bem isso e, naturalmente tratando-se de um espaço que se quer dinâmico e informal e sinérgico, se é possível, por exemplo requisitar de um dia para o outro um espaço por exemplo para uma reunião? Caso ainda não esteja aberto, porque é que ainda não está? E, porquê permitir estas inscrições ou candidaturas antes dessa abertura? E, já agora uma vez que a publicação da abertura destas tais inscrições foi efetuada sensivelmente no início do mês, quantas inscrições já deram entrada no Município? E, quais vão ser os critérios para as avaliar? Por fim, um segundo ponto, que tem que ver com a utilização do Auditório Municipal, que também vem mencionado num dos pontos da informação e, que me parece também tem sido alvo de debates nas reuniões de Câmara. Penso que é do conhecimento do público e dos lousadenses lá em casa que os espetáculos das Noites Acústicas, no Auditório têm esgotado como aliás outros espetáculos e, ainda bem nos últimos anos. Sendo certo que tenho dúvidas que as receitas de bilheteiras estejam neste momento a conseguir tendo em conta a lotação limitada do espaço ser suficientes para cobrir os espetáculos que estão a ser realizados. Penso que também será do conhecimento geral, pelo menos quem tiver familiares com filhos em idade escolar que irá decorrer um espetáculo da Associação Musical Lousada, no Pavilhão Rosa Mota, com as crianças do primeiro ciclo. Na reunião de Câmara, do passado dia 8 de abril, questionado o porquê de as comemorações do Projeto Aprender ao Ritmo da Música, ser realizadas no Pavilhão Rosa Mota, foi assumido aqui pelo Sr. Vereador da Educação, Prof. António Augusto, que não existe em Lousada um espaço com essa dimensão. Pois bem, em face disso a questão é, se o executivo mantém a estratégia assumida de investimento no atual Auditório com os ganhos de lotação que obtiveram com as últimas obras, algo escassos e se mantêm o que tantas vezes afirmaram de que o Auditório continua a satisfazer plenamente as necessidades do concelho. Já agora, para contexto, Paredes acaba de inaugurar um espaço com uma sala com capacidade para 500 pessoas sentadas, outra sala para 2000 de pé, tanto quanto julgo saber com recurso a fundos comunitários e, por isso a última questão que lhes queria colocar a este respeito, é só mesmo uma, que é que nos falta? -----

-----**Intervenção da Membro Municipal, JOÃO CORREIA, do Partido Socialista:** «Eu tenho a certeza que o Sr. Presidente saberá responder a essas primeiras questões iniciais. Mas há uma coisa que eu sei relativamente a única a última questão que levantou. Andam aqui os concelhos todos a funcionar como ilhas, nem toda a gente tem de ter um auditório para 500 pessoas, nem toda a gente têm de ter um pavilhão multiusos para 5000

lousada

peçoas. Se isto faz sentido na sua cabeça, alguma coisa está errada, porque depois aquilo que nós temos são concelhos a fazer concorrência uns aos outros. Quando podemos trabalhar nas CIM's, nas Áreas Metropolitanas, nas Associações de forma integrada. Deixe-me, só dizer-lhe uma coisa, se a proposta da Coligação é que seja assim, venha aqui assumi-lo perante os lousadenses. Na mesma maneira que assumiram o tal parque de estacionamento há uns anos, venha aqui assumir que a sua proposta é essa. Perguntou, o que é que falta? Se calhar falta o senhor vir aqui fazer essa proposta porque o PS ouve, já a Dra. Cristina, disse. É isso que o senhor vem aqui propor, é que se for somos todos ouvidos.» -----

-----**Resposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal, PEDRO MACHADO:**

«Relativamente ao espaço Lousada Coworking, está pronto. A ideia é agora em maio iniciar, abrir ao público e para isso, como disse, abrimos inscrições para ver os interessados. Os critérios são aqueles que estão no regulamento, foi aprovado e publicado. À partida, a oferta vai superar a procura, pelo que nem se coloca a questão de preterir uns interessados em detrimento de outros. Mas de qualquer modo, o regulamento tinha critérios para esse efeito, se fosse caso disso. Se vai estar disponível para reuniões, com certeza que sim. Um dos espaços que está disponível é justamente para isso e não será apenas para os empreendedores será também para o comércio local, para as empresas que não tenham um espaço adequado, é no fundo para quem tiver interesse e poderá fazê-lo desde que seja previamente agendado e que não conflitue com o que estiver programado ou agendado. Quanto às inscrições que temos, neste momento não lhe sei dizer... temos algumas, mas ainda não temos um número de inscrições que exceda aquilo que é a capacidade. Vamos arrancar e depois seguramente com o tempo vai suscitar mais procura. -----

Relativamente à questão do auditório que referiu, o evento da Associação de Cultura Musical que vai para o Pavilhão Rosa Mota não cabia, nem sequer cabia na oferta que disse que Paredes tem, não caberia seguramente num novo Auditório e num Multiusos provavelmente também não caberia, uma vez que a lotação do Pavilhão Rosa Mota, como sabemos, é muito superior. -----

Relativamente àquilo que referiu do Auditório como sendo aquilo que nós dissemos, o que nós dissemos e o que eu disse, mais do que uma vez, é que o auditório era muito grande quando foi construído, porque não havia a procura que, entretanto, passou a existir, mas que por força da qualidade da programação cultural que é feita se tornou pequeno. Isso foi sempre o que eu disse. E nas obras de requalificação que fizemos recentemente procuramos resolver problemas que aquele equipamento já tinha por força do tempo, perto de 25 anos, e tinha já alguns problemas de infiltrações. Esse problema foi resolvido e para além disso demos-lhe um ar mais moderno e fizemos a ampliação possível, porque, como sabem, não tem por onde crescer. A única possibilidade que existia era aproveitar melhor os lugares que tínhamos nos camarotes, para aumentar o número e torná-los mais agradáveis. Naturalmente que não têm a mesma qualidade, o mesmo conforto que os outros, mas foi o que foi possível. E acho que resultado foi

Lousada

muito positivo porque conseguimos dar-lhe, como disse, um ar mais moderno, sem perder aquilo que distinguia o auditório que era a acústica. O nosso auditório sempre foi elogiado por todos, pelos artistas e grupos que lá passam, quanto à acústica do mesmo. E, portanto, o nosso receio quando avançamos para aquelas obras é que se perdesse isso, mas não se perdeu, porque também tivemos todo o cuidado em termos de projeto, em termos de equipamentos, etc... E, portanto, o auditório com a programação cultural que tem, a receita da bilheteira não cobre a despesa, como é óbvio, não é!... Portanto, compete à Câmara assumir esse custo, aliás na oferta cultural regra geral é assim. De qualquer modo, é necessário desmistificar a ideia de que se nós tivéssemos um espaço maior teríamos lucro. Não é um raciocínio direto, porque os artistas de renome que aqui vêm têm um preço para aquela lotação e teriam um preço completamente diferente se a lotação fosse substancialmente maior, como é óbvio. Isto para dizer o quê? Que o auditório dá uma resposta que é necessária, essencial e adequada, mas não dá resposta a outro tipo de necessidades de outro tipo de espetáculos maiores, culturais mas não só, e por isso, o tema do espaço multiusos continua na agenda do dia. O exemplo que deu de Paredes, porque é que Paredes conseguiu? Porque, eu já disse aqui, mais do que uma vez, os municípios da Área Metropolitana no quadro comunitário anterior tiveram acesso a fundos comunitários que os outros municípios não tiveram, que foi uma das grandes injustiças do último quadro comunitário que, felizmente, neste já foi reparado. E, portanto, pode beneficiar de verbas que Lousada, Felgueiras e Paços, não tiveram acesso. E, portanto, fizeram aquela opção, na minha opinião correta, porque como sabem aqui na região não havia praticamente nada. Agora vai ter Paredes, Penafiel também tem em construção um equipamento cultural e, portanto, a região precisa deste tipo de espaços e nós, como eu disse, gostaríamos também de aspirar por um multiusos. O problema é o investimento que é necessário para o efeito. No PRR não é elegível. Estamos a estudar a possibilidade de eventualmente fasear o investimento, porque é uma questão de tempo, Lousada precisa mesmo de um multiusos, nisso estamos de acordo. Agora a questão é que estamos a falar de uma envolvência financeira muito considerável e também me parece que não devemos pôr os ovos todos no mesmo cesto. Se conseguirmos reunir financiamentos e eventualmente pensar isto numa lógica de médio longo prazo e o investimento que for feito agora puder ser aproveitado no futuro, eu acho que devemos explorar essa possibilidade. Eu, já referi aqui, numa das assembleias e isso suscitou no Dr. Leonel Vieira uma reação intempestiva de forte oposição, eu acho que devemos explorar melhor essa possibilidade. Nós temos no nosso quadro de investimentos no âmbito do Norte 2030, a questão da Praça do Românico e a partir do momento em que se decida avançar com um parque de estacionamento, acho que faz todo sentido pensar na possibilidade de acoplar ao parque de estacionamento, o multiusos. Nós temos espaço para ele, temos vindo agora a falar com os proprietários dos terrenos do Plano de Pormenor, ainda não falamos com todos, mas com aqueles com quem

Castro

falamos em função de algumas simulações que fizemos, ficaram muito agradados com a ideia. Tem vantagens, têm inconvenientes, sabemos disso... sabemos também que no Complexo Desportivo ab initio foi logo reservado lá um local para um multiusos, mas a solução Complexo Desportivo tem um inconveniente e confirmarão aquilo que eu vou dizer. Quando nós vamos aos multiusos que ficam mais retirados do centro, há uma tendência para deixar o carro no estacionamento, vê-se o espetáculo e depois vai-se para casa. Ou seja, não fica nada na terra, no centro, no comércio. No complexo poderá haver também esse inconveniente. Aqui é pleno centro. Em termos de trânsito não me parece que seja problemático porque as utilizações não são coincidentes com o horário de trabalho normal, são normalmente ao fim de tarde, noite. Eu acho que pelo menos devemos pensar nisso. E deixar condições para que no futuro, se for essa decisão termos mais uma alternativa para o efeito. Porque lá está, tirávamos partido do estacionamento, o estacionamento se o fizermos tem um peso no orçamento muito significativo, porque são estruturas complexas para suportar pesos, cargas, não é o mesmo que fazer uma cave num prédio. E, portanto, estamos a estudar essa possibilidade porque reconhecemos e sentimos que face à dinâmica que Lousada tem e que poderia incrementar, é daquelas coisas que faz todo sentido. É pena não termos a disponibilidade que outros municípios tiveram para aceder a financiamento para o efeito.» -----

----- **A Assembleia Municipal apreciou a informação escrita do senhor Presidente da Câmara Municipal e discussão de outros assuntos de interesse do Município, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (versão atualizada), com a presença dos 33 membros.** -----

## **2. ----- Inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais, a respetiva avaliação.** -----

-----A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 24/04/2024, deliberou por maioria, **submeter à Assembleia Municipal de Lousada, para apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação**, de acordo com o disposto na alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

----- **Não houve intervenções**, por parte dos Membros Municipais presentes, sendo efetuada a votação obteve-se a seguinte **DELIBERAÇÃO**:

-----No uso da competência prevista na alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, **a Assembleia Municipal de Lousada apreciou o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação, pelos 33 membros presentes na**

sessão. -----  
-----

### 3. -----Prestação de Contas do ano de 2023. -----

-----A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 24/04/2024, deliberou por maioria, **aprovar e submeter à Assembleia Municipal de Lousada, para aprovação os documentos de prestação de contas do ano de 2023**, nos termos e para os efeitos previstos na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º e do n.º 2 do artigo 27.º, ambos da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, bem como a apreciação do Certificado Legal de Contas e do Parecer sobre as Contas apresentado pelo Revisor Oficial de Contas (C & R Ribas Pacheco, SROC, Lda.), em cumprimento do n.º 1 e 3 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013 de 03/09 (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais). -----  
-----

-----**Intervenção do Membro Municipal, GASPAR RIBEIRO, da Coligação Acreditar Lousada:** «Senhora Presidente, Sr. Presidente, senhoras e senhores deputados, excelentíssimo público. -----

«Passado que está mais um ano, essa é que é a verdade, aqui nos reunimos uma vez mais para apreciar e eventualmente discutir a chamada Prestação de Contas do Município, junto da Assembleia Municipal. Eu como quase sempre digo, esta não é as nossas contas, estas são as contas do Município como é óbvio. Foi o Partido Socialista, o atual Executivo Municipal, que elaborou um plano e orçamento e, depois de aprovado esse seu plano e orçamento, quando digo seu é porque normalmente não ouvem a oposição e executam o orçamento. Em função disto, eu peço desculpa, porque é a primeira vez que eu estou a falar vendo o que anotei no telemóvel e, não num papel. Diria que nestas prestações de contas que nos são apresentadas relativamente ao ano de 2023, reflete naturalmente a maior ou menor percentagem de execução do Plano e Orçamento aprovado apenas pelo Partido Socialista. Isto é, estas são as contas relativas àquilo que sozinhos definiram e aprovaram no Plano e Orçamento para o ano de 2023. Neste contexto, cabe-nos, apenas a nós, deputados eleitos pela Coligação Acreditar Lousada, fazer uma análise atenta naturalmente sobre aquilo que são os dados e os factos dessa mesma Prestação de Contas. E, por isso desde já, como é normalmente habitual a bancada da Coligação Acreditar Lousada, abstêm-se neste ponto de agenda, precisamente por aquilo que acabei de dizer. No entanto, entendemos que devemos evidenciar um conjunto de dados o que são de resto dados objetivos, quer do lado da execução da receita, quer do lado da execução da despesa que nos parecem importantes nesta pequena resumida análise. Naturalmente que do lado da execução da receita total importa referir que a diferença de valor entre o orçamento e a receita total cobrada

é de 53 milhões 405 mil e 37 euros ou milhões de euros 53 milhões 405 mil 37 euros, corrigida dos 55 milhões 626 que estavam previstos, traduzindo-se aqui e, aqui isto é que importa numa taxa de execução 96%, ou seja, do lado da receita, do lado da cobrança estamos a finadinhos 96%, relativamente aquilo que se previu. Relativamente à execução da receita de capital, continua esta que, também me parece normal. Agora, relativamente à receita de capital continua mais baixa, é agora de 66%, uma execução na ordem dos 9 milhões e 74 mil, é um bocadinho aquilo que já disse o ano passado por esta altura que é relativamente a receitas de capital, prometemos muito no plano e orçamento e depois aqui falhámos muito na execução nesta questão. Não quer dizer que seja mau depende de onde é que faltou o capital, a receita de capital, isso é outra questão. O que eu acho que é importante no que concerne à execução de receita é aqui acho que é um fator importante que é a cobrança ou a execução de receita corrente. Estamos a falar de um valor de 35 milhões 832 mil e, o Município aqui, conseguiu superar o previsto, isto é, conseguiu executar mais em termos de receitas correntes, digamos 106 ponto 9%, se não estou enganado, em termos de receitas correntes do que aquilo que tinha previsto. O que é que contribuiu para isto, impostos diretos 117.7% de execução, impostos indiretos 132.9%, daquilo que estava previsto. Em taxas e multas dos malandros ou das malandras 121.1%, o que permite concluir que do lado da receita o Município, tem obviamente beneficiado bastante da dinâmica da atividade económica. O mesmo é dizer da cobrança de impostos diretos e indiretos e, na minha perspetiva tem errado um pouco na previsão com a execução da receita de capital, o mesmo é dizer o adiamento provavelmente algumas obras projetadas e prometidas ou então por falta de digo eu algumas candidaturas. Do lado da despesa total paga 47 milhões 944 mil uma execução na ordem dos 86.2%. Estes números que estou a dizer estão aí na agenda, não inventei nada, nem tenho essa capacidade. No que concerne à despesa corrente um nível de execução de 89%, atingindo um pagamento na ordem dos 30 milhões e 721 mil, aqui no que concerne à despesa de capital uma execução apenas de 81.6, no valor de 17 milhões 222 mil. Eu, aqui gostava de felicitar o Município, porque relativamente aqui esta questão, nós tínhamos aqui sempre uma execução muito baixa e, acho que corrigiram a previsão e, assim agora temos aqui uma execução muito mais consentânea com aquilo que normalmente se exige. Salientar apenas por uma questão factual um aumento do passivo na ordem total dos 800 mil euros, que acho que não é significativo. De salientar positivo na minha perspetiva o facto de, obviamente, não diria de tempo de época gorda, mas a verdade é que está a conseguir-se e bem pagar-se muita despesa de capital com receita corrente, portanto significa que a Câmara está a ter receitas correntes acima do previsto e, que permite assim que, é assim que tem de ser de forma correta ... não distribui não, gasta como entende em função do orçamento que previu. Queria salientar também que no ano de 2023, o Município apresentou uma evolução dos indicadores orçamentais financeiros de forma positiva, na minha perspetiva, aliás é o que está escrito, desde logo a liquidez geral, a

Lousada

sua habilidade e, autonomia financeira, é o que lá está escrito. Não voto a favor, porque não são as minhas contas, mas não acho que os técnicos da Câmara tenham errado aqui a fazer isto ou o ROC ou Revisor Oficial de Contas, acho que não... Mas não há bela sem senão para concluir, gostaria de salientar o seguinte, nestas Prestações de Contas, é evidente o enorme peso nas receitas de impostos diretos, indiretos e nas taxas e multas, acho que é preciso evidenciar isso. É evidente a correção da expectativa de receitas de capital como já aqui tinha referido e depois eu acho que há aqui perante estas contas magníficas e, o termo é meu e assumo a responsabilidade, acho que há aqui a forte possibilidade do Município, perante estas contas, perante até um saldo de gerência que andarão nos 4 milhões e quase meio, digo eu, 4 milhões e muito, acho que há aqui a forte possibilidade de o Município poder, finalmente, ouvir mais os Srs. Presidentes de Junta ou pelo menos alguns deles e pensar em conjunto, não é só na CIM, também em cada concelho é preciso começar a pensar em conjunto e na concretização de um conjunto significativo de projetos que existem em várias áreas que envolvem os vários pelouros, relativamente ao concelho. Eu acho que isto é importante. Não sei, se o Sr. deputado reparou, mas o Sr. Presidente de Câmara discordou de si, o que é normal, é perfeitamente normal e, eu concordei com o Sr. Presidente de Câmara, porque eu acho que ele apostou na qualidade do auditório e não na quantidade. Está a ver!... E só há aqui, um reparo, é a segunda obras. O Sr. Prof. Vilar, era vereador na altura e realizou obras de conservação do auditório, pelo menos do palco, da pontas, luzes e por aí para fora... Mas, na altura foram valores consideráveis. portanto como vê, a questão aqui não é o lucro, tentou-se aqui falar no lucro e, eu acho que era preciso reparar isto. A questão aqui é na possibilidade que a partir do momento em que temos ou poderemos ter uma oferta cultural interessante, poder ... não é catapultá-la, é que ela chegue a mais gente do concelho, porque muitas vezes até corremos o risco, isto é o que é, é a oportunidade de os concelhos à volta encher o auditório e aqui quase o povo nem tem direito, não dá, é o que vai mais depressa à bilheteira, digo eu!... Portanto, temos esse problema. Acho que o Sr. Presidente, hoje aqui assumiu, é a verdade, temos esse problema. Discordo de uma questão que eu acho que quando ele foi feito era pequeno e, se for ver as atas, já tinha feito essa crítica na altura, não é porque fosse nenhum megalómano, mas já na altura disse que era pequeno, porque o local não deveria ser aquele e por isso também concordo que a partir do momento que é aquele não há muito por onde crescer. Aliás, não é preciso ser as Noites Acústicas, nem qualquer outro, basta que haja um espetáculo de dança das crianças do nosso concelho em que já não podem ir os pais nem os avós dos intervenientes, porque já não cabe.... Acho que todos nós já vivemos isto e, percebemos isto e é o que é!»-----

-----**Intervenção do Membro Municipal, SÓNIA RIBEIRO, do Partido Socialista:** «Senhora Presidente da Assembleia, Srs. Secretários, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Vereadores, cara e caros Presidentes de Junta, caros

colegas deputados, público presente, público online e comunicação social. Na sequência da intervenção anterior bastante positiva por sinal, foi a palavra que me ficou foi positiva. Eu vou elencar apenas alguns pontos, dizer que a gestão financeira da autarquia no ano de 2023 revela-se como um exemplo de eficiência e responsabilidade na administração dos recursos públicos. Destacam-se diversos pontos que merecem ser realçados, alguns já realçados também e, valorizados com base em sólidos indicadores económico financeiros. A começar pela transparência e eficiência na execução orçamental, é elevada execução das receitas e despesas atingindo 96% e 86%, respetivamente, evidencia a transparência e eficiência na gestão financeira da nossa autarquia. Por outro lado, o compromisso com o desenvolvimento sustentável, o saldo positivo entre receitas e despesas correntes no montante de 7 milhões e meio de euros, reflete a capacidade da autarquia para financiar investimentos em despesas de capital de forma autossuficiente. Também a estabilidade económica garantida os indicadores de liquidez e solvabilidade que apresentaram melhorias asseguram uma posição financeira sólida e de baixo risco, proporcionando estabilidade económica à nossa autarquia. Também a gestão financeira responsável o resultado líquido do exercício no valor de 4,4 milhões de euros demonstra a capacidade da autarquia em gerar excedentes financeiros refletindo uma gestão financeira responsável e devidamente planeada. Por fim o reconhecimento da competência administrativa os indicadores da autonomia financeira superior a 60% e uma margem disponível para endividamento de 5,7 milhões de euros evidenciam a competência e responsabilidade da administração dos recursos públicos. Estes aspetos enfatizam uma gestão criteriosa e competente que se pauta pela eficiência transparência e responsabilidade na gestão dos fundos municipais respaldada por indicadores sólidos que garantem a estabilidade e a sustentabilidade das contas públicas municipais».

-----

----- **Intervenção do Membro Municipal, JOÃO CORREIA, Partido Socialista:** «Senhor deputado, o Sr. Presidente de Câmara pode ter pode discordar de mim em tudo, era o que mais faltava e, dentro do Partido Socialista, nós atuamos democraticamente e somos livres de ter a nossa opinião. Quando, eu invetivei o colega Pedro, foi mais no sentido de saber que dentro do PSD, essa opinião também não é propriamente unânime como Sr. Presidente fez questão de o salientar. E, a minha opinião é que nós não vamos ter esse espaço, a minha opinião é que me parece que Lousada tem outras prioridades e alternativas ao nosso redor para colmatar esse acréscimo de cultura, catapultar como eu lhe estava a dizer, catapultar esse acréscimo cultural de que, aliás Lousada sempre esteve, não sei se ainda é o caso, mas sempre esteve nos tops nacionais em matéria de cultura e isso é inegável. E, portanto, melhorarmos aquilo que já tem vindo a ser feito nos últimos anos, se possível então numa infraestrutura com um outro nível, melhor ainda. Se eu acho, eu João Correia se acho que isso

deverá ser uma prioridade inabalável não acho e eu explico o porquê? Em primeiro lugar porque há atividades que nós podemos descentralizar para as freguesias que também têm equipamentos que mesmo pese embora não tendo o mesmo nível de conforto poderão eventualmente realizar lá essas atividades e, portanto, descentralizar, retirar aquilo que vocês aqui estão sempre a afirmar que é tudo no centro da vila, descentralizar. E, depois, porque há uma coisa, Sr. deputado, a única coisa onde o aumento da receita podia ter mexido por culpa do Município seria nas taxas e tachinhas se as estivessemos aumentado, porque o resto quer os impostos diretos, quer os impostos indiretos vêm do Estado, nós apenas beneficiamos com um incremento económico e por essa via da receita, a taxa mantém-se. E, deixe-me dizer-lhe outra coisa, nós tivemos uma excelente execução da receita precisamente porque a atividade económica e, foi divulgada, ainda hoje pelo INE, esteve na casa dos sei lá, média 2,5 %, 2,4, 2,6, foi variando. Mas, deixe-me salientar uma coisa e eu digo isto porque também o sinto. O primeiro trimestre, o crescimento económico já foi de 1,4 comparado com o período homólogo. Todos nós estamos a ver como é que está o setor do têxtil, do calçado, todos nós estamos a ver isto e, estamos a ver cada vez mais lousadenses no desemprego e, portanto, é bom termos um saldo de gerência positivo, mas é bom também perceber algo que nós já falamos aqui nesta Assembleia no passado que mais dia menos dia a Câmara Municipal, as Juntas de Freguesia, as Associações, IPSS do concelho podem vir a ser chamadas a contribuir para que o ambiente seja menos adverso, o ambiente social. E, portanto, parece-me que a posição que o Sr. Presidente, assumiu de cautela, é correta e, portanto, antes de fazermos investimentos de larga escala é necessário ponderar, pensar, acautelar tudo isto. O Sr. Presidente disse uma coisa e bem, isto é para pensar nos próximos anos e, eu acho que sim, acho que podemos pensar isso, se acho que é uma prioridade? Não acho, mas é a minha opinião.» -----

-----**Intervenção do Membro Municipal, GASPARI RIBEIRO, da Coligação**

**Acreditar Lousada:** «Duas ou três considerações muito rápidas até porque hoje estou de acordo com o Sr. Deputado, nesta questão aqui, se é prioridade ou não é prioridade. Eu sempre defendi o multiusos desde o início do Complexo Desportivo, sempre defendi. E, portanto, sou coerente, ainda hoje acho que provavelmente não tínhamos necessidade de começar por outro lado que foi o hóquei, mas depois sempre defendi o multiusos, porque achei que era ou poderia ser um fator de desenvolvimento para o concelho e não só. Mas, eu não defendi aqui nenhuma obra faraónica, nem defendi aqui nenhum, eu apenas disse o seguinte, nós hoje temos vivido, felizmente em termos de receita, é um crescimento não sustentável, é um crescimento por força de fundos comunitários, vamos ser claros, porque entram milhões do PRR, de fundos comunitários, isto é que está a fazer crescer o país, é a minha opinião. E, portanto, quando isto terminar, vamos ver o que é que a economia consegue sozinha depois fazer, isso é que é o problema, porque a economia está a atravessar momentos muito difíceis, mesmo muito

difíceis. O que disse aqui está perfeitamente correto. Por isso, é que eu digo, os Municípios, ainda não sentiram isto e, o nosso Município como outros têm tido a cautela de ter algumas, no valor de que está a falar de saldo de gerência, é uma parte que vai para o fundo de reserva e outra parte que transfere para o próximo ano. Portanto, aquilo que eu disse e, que digo é, repare era mais fácil vir aqui dizer assim: temos tido tantas receitas, porque não baixamos os impostos. Não disse, não defendi isso... O que defendi foi, há um conjunto de projetos e, nós sabemos que existem muitos, obviamente que nem todos poderão ser atendíveis, mas há projetos em vários planos que passam por vários pelouros do Município, que se deveriam tentar agora nesta fase executar nas freguesias, porque nós ainda estamos, atenção o que vou dizer, nós ainda temos freguesias ou Presidentes de Junta, que ainda não tem acesso à iluminação pública que precisa em determinadas ruas. E, não se esqueçam quando colocamos os leds, tínhamos desligado uma lâmpada sim e uma não, porque dizia o senhor Presidente de Câmara que a iluminação pública não é para iluminar as casas, é para iluminar o trânsito, certo. Mas quando vieram os leds meteu em todos. Está para apurar se gasta menos, acho que sim, mas não é essa a discussão que estamos a ter. O que estou a dizer é o seguinte, há um conjunto de obras ou projetos a implementar e a iluminação pública não é nenhum projeto, é um bem elementar, mas há um conjunto de projetos que sei que as Juntas de Freguesia têm bastante interessantes. Alguma coisa tem sido feita. Quando se compra um terreno para que uma festa possa crescer é um projeto em Nevogilde e na Aparecida, mas há outras circunstâncias similares ou em outras áreas a fazer. E, acho que era aqui agora que se devia aproveitar. Foi isso que eu quis dizer.» -----

-----**Resposta do senhor Presidente da Câmara Municipal, PEDRO**

**MACHADO:** «Relativamente às contas magníficas, o que é que eu posso dizer relativamente a isso? São contas como o costume, são contas rigorosas, certas e que revelam equilíbrio e responsabilidade na gestão, mas também não podemos embandeirar em arco e dizer que estamos com os cofres cheios e que podemos, eu sei que não disse isso, mas para que fique claro de que no fundo mantemos o registo que é habitual e, do qual não queremos prescindir porque a situação económica ou financeira do Município a manter-se assim permite-nos encarar os desafios do futuro, as incertezas do futuro, nomeadamente o panorama internacional, as crises económicas que não nos largam. Permite-nos encarar todas essas vicissitudes com muito mais segurança e esperança e acho que não devemos abdicar disso. E, volto a dizer aquilo que já disse aqui, repetidamente, também eu me orgulho de quando iniciei as funções de Presidente de Câmara de ter recebido uma gestão equilibrada e responsável que não me limitou. Naturalmente que vivemos num concelho com poucos recursos, mas apesar desses poucos recursos não foi a gestão anterior, antes pelo contrário, que limitou a minha atuação e quero deixar a Câmara Municipal exatamente nessas circunstâncias porque acho que é

um imperativo, pelo menos para mim, ético e devia ser inclusivamente uma obrigação legal. Atualmente há muito mais controlo, muito mais limitações, disciplinou-se o endividamento e os pagamentos em atraso, mas acho que isso não é suficiente e, portanto, acredito fielmente naquilo que no dia a dia procuramos fazer a este nível das contas públicas. Portanto, assim de uma forma mais ou menos resumida o que é que poderei dizer sobre isto: Na análise da execução orçamental do Município, referente a 2023, é importante destacar que a receita total atingiu 53,405 milhões euros, que representa uma execução de 96% como aqui já foi dito em relação ao orçamento de 55,626 milhões de euros. As principais fontes de receita incluem transferências correntes e de capital, impostos diretos e vendas de bens e serviços, uma componente que não foi aqui referenciada e que é importantíssimo como já vou dizer adiante. No que diz respeito à execução da despesa, a despesa corrente alcançou 89% de execução, totalizando pagamentos de cerca de 30,726 milhões de euros. A despesa de capital por sua vez atingiu 81,6 de execução com um montante de 17 milhões e 222 mil. A despesa total paga atingiu uma execução de 86,2, com um montante de 47,954 milhões de euros. A estrutura das receitas e das despesas manteve-se estável em comparação com o ano anterior, destaca-se a importância das transferências de capital nas receitas de capital bem como a elevada execução do investimento nas despesas de capital representando 86% do total. Os indicadores orçamentais apresentados revelam uma boa gestão financeira e um elevado grau de execução das receitas correntes. Reflete o cuidado na elaboração dos documentos previsionais. Em suma, a execução orçamental do Município demonstra um controlo eficaz das finanças públicas como a execução global de 96% e um planeamento cuidadoso das receitas e despesas. Estes dados são demonstrativos de uma gestão responsável e transparente por parte do executivo municipal. Para além da análise da execução orçamental do Município em 23, importa ainda salientar que, as receitas correntes ultrapassaram as despesas correntes em 7,5 milhões de euros como disse a Dra. Sónia, evidenciando um saldo positivo que permitiu investimentos significativos em despesa de capital por meio de receitas próprias. Eu creio que foi na aprovação do Orçamento anterior, ou na anterior Prestação de Contas, que eu dei ênfase a este aspeto que acho que é determinante e lembrei aqui uma posição pública que qualquer pessoa pode consultar nas redes sociais ou nos jornais que há uns anos atrás, o Dr. Leonel Vieira dizia exatamente o contrário, dizia que o Município estava num caminho de descalabro, que se não fosse os fundos comunitários que nós não conseguíamos fazer praticamente nada para além de pagar despesa corrente e, portanto, as contas ano a ano vão evidenciando que isso não é verdade. É evidente que nós não podemos prescindir dos fundos comunitários, são fundamentais para concretizar os grandes investimentos. Ou seja, se não fossem os fundos comunitários nós tínhamos uma capacidade de investimento muito mais reduzida, mas mesmo assim tínhamos alguma capacidade de investimento, naturalmente que não podíamos ir tão Longe como temos ido, mas tínhamos

capacidade de investimento porque temos gerado ano após ano a poupança corrente através da afetação de receita corrente para aplicar em despesa de capital. Essa diferença favorável entre receitas e despesas correntes demonstra um equilíbrio financeiro saudável e também reflete a capacidade de o Município financiar os seus investimentos através de recursos internos. Este cenário revela uma gestão assertiva dos recursos disponíveis possibilitando crescimento e desenvolvimento do município de forma sustentável e com maior independência. Relativamente à informação patrimonial e resultados económicos a análise dos rácios económico financeiros do Município revela uma situação sólida e equilibrada em termos de liquidez, solvabilidade e endividamento. Os indicadores mostram que o Município mantém uma capacidade considerável de cumprir as suas obrigações a curto prazo, enquanto possui uma estrutura financeira que permite recorrer ao endividamento de médio longo prazo com uma autonomia financeira superior a 60%. Foi aqui referido 5 milhões, mas é superior, há um limite anual, mas a nossa capacidade de endividamento é muito superior. Destaco alguns dos principais indicadores económico-financeiros. A liquidez geral e liquidez reduzida apresentaram melhorias de um ano para o outro, demonstrando uma maior disponibilidade de ativos líquidos para fazer face a obrigações de curto prazo. O indicador da solvabilidade revela que o Município possui um património líquido significativamente superior ao passivo garantindo uma posição financeira sólida e de baixo risco. A autonomia financeira superior a 80%, evidencia a capacidade do Município de financiar-se com recursos próprios sem depender excessivamente de endividamento. O resultado líquido do exercício no valor de 4 milhões e 461 mil euros, reflete a capacidade de gerar excedentes financeiros contribuindo para a estabilidade económica do Município. Quanto ao endividamento, os valores de dívidas a terceiros no curto prazo e financiamentos obtidos a médio e longo prazo estão muito aquém dos limites estabelecidos pelo regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, o que demonstra uma gestão prudente e responsável das finanças municipais. Em resumo os resultados económico-financeiros do Município refletem uma gestão eficiente e transparente com indicadores sólidos que garantem a estabilidade e sustentabilidade das contas públicas municipais. A análise detalhada das finanças municipais revela um quadro financeiro equilibrado e sólido, o facto de as receitas correntes excederem as despesas correntes em 7,5 milhões de euros é um sinal claro de uma gestão financeira responsável, permitindo investimentos significativos em despesas de capital através de recursos próprios. Além disso, a prudência na gestão do endividamento, muito aquém dos limites estabelecidos, reforça a solidez financeira do Município. É relevante notar, também, que apesar do aumento das receitas fiscais que foi aqui referido pelo Dr. Agostinho Gaspar, estas continuam consideravelmente abaixo da média nacional, com um valor por habitante em Lousada de 148€ em comparação com 217€ da média nacional e isto é o valor publicado no último anuário financeiro dos Municípios. Por isso, quando aqui disse que não veio aqui dizer, "o município

deve baixar os impostos”, porque também sabemos que os impostos em Lousada, a maioria deles, estão no mínimo, não é!... E, portanto, apesar dessa política fiscal amigável das famílias e das empresas, temos contas magníficas. A combinação do resultado positivo nas receitas e despesas correntes, a gestão prudente do endividamento e a abordagem racional na tributação dos nossos concidadãos refletem uma gestão financeira equilibrada e transparente por parte do Município. Estes alicerces são essenciais para assegurar a estabilidade e promover o desenvolvimento económico de forma sustentável respondendo aos desafios e oportunidades inerentes ao dinamismo das receitas fiscais em Municípios economicamente ativos como é, cada vez mais, o nosso Município. Aqui foi referido que a crescente receita de capital tem que ver com impostos diretos e indiretos, a receita do Estado, mas isso resulta, exatamente, da dinâmica demográfica e da dinâmica económica que felizmente o concelho tem sentido e que esperamos todos que continue por muitos e muitos anos.» -----

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte **DELIBERAÇÃO**: -----

-----No uso da competência prevista na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º e do n.º 2 do artigo 27.º, ambos da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a **Assembleia Municipal de Lousada, aprovou por unanimidade de 23 votos a favor (21 do Partido Socialista e 2 da Coligação Acreditar Lousada) e 10 abstenções da Coligação Acreditar Lousada, a “Prestação de Contas do ano de 2023”**. -----

-----As dez abstenções foram dos seguintes Membros Municipais da Coligação Acreditar Lousada: -----

1. André António das Neves Magalhães; -----
2. Agostinho Gaspar de O. Ribeiro; -----
3. Sandra Maria Leonor P. da Silva; -----
4. Joaquim José Correia Bessa; -----
5. Pedro Amaral; -----
6. Ana Cristina leal Moreira; -----
7. Carlos Manuel Moreira; -----
8. Luís Daniel F. Peixoto, Presidente de Junta de Freguesia de Caíde de Rei; -----
9. Diogo Agostinho C. Aires, Presidente de Junta de Freguesia de Sousela e, -----
10. Fausto Manuel Oliveira, Presidente de Junta da União de Freguesias de Silvaes, Pias, Nogueira e Alvarenga. -----

**4. -----Contratação de empréstimo a longo prazo para financiamento do Plano de Investimentos para 2024.** -----

• **4.1. Autorização Prévia de Investimentos.** -----

-----A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 24/04/2024, deliberou por unanimidade, **submeter à Assembleia Municipal de Lousada, para discussão e autorização prévia o financiamento dos Investimentos** referidos na informação número 8311/24 de 2024/04/19, nos termos e para os efeitos previstos no disposto no n.º 2 do art.º 51.º da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro. -----

-----**Esclarecimento do Senhor Presidente de Câmara, Pedro Machado:** -

-----«Toda a gente sabe isso, mas é uma redundância da lei, portanto como no ponto seguinte o valor do empréstimo excede 10% do PPI, é obrigatório a Assembleia aprovar previamente o investimento, mesmo quando esses investimentos já estão previstos no PPI, como é o caso. Na minha opinião é uma redundância, mas para depois não haver problemas com o visto do Tribunal de Contas tem de ser assim.» -----

-----**Não houve intervenções**, por parte dos Membros Municipais presentes, sendo efetuada a votação obteve-se a seguinte **DELIBERAÇÃO**:

-----**Deliberação:** No uso da competência prevista no n.º 2 do art.º 51.º da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro, **a Assembleia Municipal de Lousada, aprovou por unanimidade de 33 votos a Autorização Prévia de Investimentos.** -----

• **4.2. Autorização para a contratação de um empréstimo, até ao valor de 2.933.364,28€.** -----

-----A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 24/04/2024, deliberou por unanimidade, aprovar e remeter à Assembleia Municipal de Lousada para autorização para contratação de um empréstimo a longo prazo, pelo prazo máximo de 15 anos, até ao valor de €2.933.364,28 (dois milhões, novecentos e trinta e três mil, trezentos e sessenta e quatro euros e vinte e oito cêntimos), destinado ao financiamento do Investimentos do Plano de Investimentos de 2024, junto da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Terras do Sousa, Ave, Basto e Tâmega, CRL, que apresentou a proposta financeira mais vantajosa para o Município, indexada à EURIBOR a 6 meses e TAEG mais baixa de 0,38% e, respetiva contratação nas condições constantes da informação sob o registo n.º 8311/24, de 19 de abril de 2024, protagonizada pela Chefe da Divisão de Gestão Financeira, acompanhada do Mapa Demonstrativo da Capacidade de Endividamento do Município, nos termos e para os efeitos

previstos na alínea f) do n.º 1 e n.º 4 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 5 do art.º 49.º e n.º 2 do art.º 51º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua versão atualizada”. -----  
-----

-----**Esclarecimento do Senhor Presidente de Câmara, Pedro Machado:** -

-----«Só um pequeno esclarecimento, porque na leitura da informação a Sra. Presidente referiu as cláusulas contratuais, porque houve um lapso dos serviços. A Assembleia não vai aprovar as cláusulas contratuais, a Assembleia vai discutir e deliberar sobre a autorização para a contração do empréstimo. As cláusulas contratuais são aprovadas em sede de reunião de Câmara, depois da Assembleia dar essa autorização, portanto é um mero lapso, o que tem de constar da deliberação é a autorização de contração de empréstimo e não a aprovação das clausulas contratuais.» -  
-----

-----**Saiu definitivamente da sala, às 22 horas e 46 minutos, o membro municipal:** -----

- José Oliveira Nunes, Presidente da Junta da União de Freguesias de Nespereira e Casais (Coligação Acreditar Lousada). -----

-----**Intervenção do Membro Municipal, GASPARI RIBEIRO, da Coligação Acreditar Lousada:** -----

-----«Senhor Presidente é uma questão muito simples. Eu pude constatar que a maioria das obras ou da finalidade da contratação deste empréstimo se prende de certa forma com rede viária, basicamente, não é todo, mas é quase. E, também pude constatar que está circunscrita, peço desculpa, é o adiantado da hora, a um determinado número de freguesias três ou quatro, se calhar até duas ou três. A minha questão é esta, muito simples, ainda há pouco aqui foi dito e bem, nós temos aqui uma capacidade de endividamento de 5 milhões e setecentos e tal mil ao ano. Não é que defenda que o faça, mas a verdade é que existe essa capacidade e o Sr. Presidente da Câmara também evidenciou. E, a minha questão é esta, nas restantes freguesias, restantes Srs. Presidentes de Junta, ninguém precisa de mais nada, estamos aqui, não é, mais quinhentos mil, menos quinhentos mil, neste momento em relação a esta matéria acho que poderíamos ou não resolver, em vez depois de estarmos constantemente a reivindicar aquilo que agora aqui porventura não dizem. Peço desculpa estar a dizer isto.» -----  
-----

-----**Intervenção do Membro Municipal, FAUSTO OLIVEIRA, Presidente de Junta da União de Freguesias de Silvares, Pias Nogueira e Alvarenga, da Coligação Acreditar Lousada:** -----

-----«Boa noite a todos, cumprimento a Sra. Presidente e restante Mesa, Sr. Presidente da Câmara, senhoras e senhores Vereadores, caros colegas Presidentes Junta, caros membros da Assembleia, Comunicação Social Público e, todos que nos ouçam lá em casa. Venho, aqui neste ponto só

para dar nota de duas coisas em primeiro lugar com congratular-me de facto com um conjunto de investimentos que aqui são feitos e que vão ser concretizados graças a este empréstimo. E, o Sr. Presidente, sabe muito bem que isto foi uma espera de quase 10 anos, relativamente àquilo que seria as minhas justas aspirações para o território que estou a representar, mas chegou a hora e, congratulo-me com isso e, não podia deixar de o fazer nesse sentido. Queria também colocar uma pergunta ao Sr. Presidente, porque de facto estamos a contrair um empréstimo, mas gostava de ouvir da boca do Sr. Presidente, quando é que as obras vão iniciar e, qual é o prazo de conclusão das mesmas, porque estão ali um conjunto de obras e, faço isso de forma global, mas, relativamente, por exemplo, à Rua da Igreja, Rua Guerra Junqueiro, que são as que mais me dizem respeito, a Rua das Moutadas e a Rua Várzea de Cima, portanto faz ligação entre Pias e Boim, essas pelo menos. E, gostava, também, já agora e na linha do que disse o meu colega, Gaspar, de facto há aqui um conjunto de outros investimentos que poderíamos vir a aprovar mais 100 mil euros que fosse e, refiro-me por exemplo, o Sr. Presidente sabe que ando há muito tempo a pedir um apoio para o sintético, para o espaço Desportivo de Alvarenga e, sei que há mais 4 ou 5 campos desportivos para várias freguesias em Lousada, portanto representaria cerca de mais de cem mil euros e, portanto não seria muito significativo, se não havendo disponibilidade financeira que pudesse ser aqui enquadrado e, de facto dotar, portanto, também algumas destas populações em territórios que eu sei que são dispersos com equipamentos desportivos de utilização comunitária e global que é muito importante e no desporto cada vez é mais importante no nosso território. Depois, também e a jeito de conclusão só como desafio deixo aqui uma réplica daquilo que eu já aqui afirmei, já não me lembro há muitos anos quando veio aqui um pedido de empréstimo para aquisição de um terreno junto ao Pelourinho e onde eu disse aqui nesta Assembleia que estaria disponível para apoiar também a aquisição de um terreno para os Bombeiros Voluntários de Lousada. E, eu gostaria de saber, Sr. Presidente se chegou ao executivo desta Câmara Municipal, algum pedido da parte dos bombeiros e em que ponto e como é que vê esta situação da necessidade urgente que os bombeiros têm de um quartel para Lousada. Portanto, deixo aqui este repto e esta indicação.» -----

-----**Intervenção do Membro Municipal, GASPAR RIBEIRO, da Coligação Acreditar Lousada:** -----

-----«Eu pedi a palavra só para fazer uma ratificação porque o Sr. Presidente sabe que é verdade o que eu vou dizer. Quando o Dr. Leonel Vieira falava na questão dos orçamentos que era a propósito dos empréstimos, das despesas correntes e das receitas correntes sabem que elas estavam iguais. Estavam, estávamos com uma diferença de pouco mais de quinhentos mil euros, oitocentos mil euros. E, portanto, naquela altura estamos a contrair empréstimos a um ritmo muito superior até ao que se contrai hoje e, também é importante perceber como aqui já foi dito várias vezes, a evolução económica permite que a receita corrente cresça

como tem crescido e, podia não crescer, não é!... Eu acho que é preciso fazer esta correção e, venho aqui falar nessa correção, porque não fui eu que levantei..., mas a questão dessa crítica na altura fazia todo o sentido e o Sr. Presidente sabe disso.» -----

-----**Resposta do senhor Presidente da Câmara Municipal, PEDRO MACHADO:** -----

-----«Relativamente às intervenções que ouvimos, porque não mais? Porque temos de continuar equilibrados. Era suposto a esta data nós estarmos com muita execução, o problema é que o novo quadro comunitário, o Norte 2030, está a iniciar-se e, já leva 2 anos de atraso. E, portanto, este valor e estas obras em concreto porquê? Porque há uma série de formalidades prévias e diligências prévias que têm que ser feitas até chegarmos aqui e, portanto, nós não podemos fazer os projetos todos ao mesmo tempo, nós não podemos avançar com as obras todas ao mesmo tempo porque depois encrava os serviços administrativos, depois encrava os serviços técnicos de fiscalização, daí nós avançamos já com este porque entretanto a nossa expectativa é que a saiam avisos do 2030 e venha aí já a seguir um outro volume de investimento, pelo menos investimentos mais avultados. E, por isso, isto responde à questão de outras obras que estão no PPI e que ainda não temos verbas definidas para as executar. A nossa expectativa é que, entretanto, a situação melhore, entretanto por força daquilo que é habitual na reta final dos quadros comunitários temos vindo a ser contemplados com alguns incrementos de transferências. Já o disse aqui numa reunião anterior que fiz, assumi um risco grande, mas com os pés assentes na terra, relativamente àquilo que foram os investimentos nas escolas e correu bem, porque tinha essa expectativa apesar de quando nós avançamos com aqueles investimentos nas EB 2/3, não havia certeza de nada. Portanto, nós avançamos com essas grandes obras e algumas delas financiadas apenas a metade e algumas delas de muitos milhões e, portanto, fizemos um esforço, arriscamos e correu bem, porque, entretanto, fomos contemplados com reforços de FEDER e neste momento temos os nossos projetos fechados. Aliás, recebemos há dias uma boa notícia, que será para todas as entidades beneficiárias, de que a autoridade de gestão do Norte 2020 aprovou o reforço das taxas de comparticipação de 85 para 88%, pelas nossas contas isso deve ser à volta de meio milhão de euros, portanto já nos vai dar aqui margem para fazer outras coisas. E, portanto, nós queremos, tão ou mais do que vocês, executar. Agora temos de fazer as coisas de forma planeada e equilibrada, segura até porque não vale a pena querer fazer tudo ao mesmo tempo porque depois os serviços também têm limitações para responder. E, portanto, a ideia deste primeiro pacote de investimento, é para que as coisas não parem, para que se avance já com estas e depois a seu tempo virão outras seguramente. Aquele tipo de intervenções que o Sr. Presidente referiu para essas é uma questão de acomodarmos em termos de orçamento, à partida não serão necessários empréstimos, para outros sim, para outras mais substanciais ou empréstimo ou fundos comunitários são

essenciais. E, portanto, fica aqui respondido porque este valor e não outro, porque podia ser menos, podia ser mais, foi também em função daquilo que estava pronto a avançar, aliás estas obras já foram postas a concurso em dezembro último. Agora nós chegamos à fase de adjudicação e, portanto, só podemos avançar com as obras se tivermos a dotação orçamental garantida e como houve todos estes atrasos a questão do empréstimo vai viabilizar a execução e eventualmente depois poderemos ser também contemplados, porque são obras que podem ser candidatas e acabamos por ser beneficiados, porque neste quadro comunitário quem atrasar a execução vão ser penalizados, embora quem está a atrasar a execução é a própria autoridade de gestão e o sistema em si e é um atraso que não é só aqui do norte, é em todo o país, mas aqueles que tiverem uma boa execução vão ser beneficiados, portanto no fundo também estamos aqui a preparar-nos para depois recebermos um reforço de verba e quem sabe no futuro temos recursos para o dito multiusos. Eu não estou a prometer nada, mas estamos a trabalhar como sempre de uma forma racional e equilibrada, ponderada, para efetivamente estarmos bem posicionados para que o Município possa aceder a tudo o que são disponibilidades de financiamento. Depois tinha aqui outra questão do Sr. Presidente da Junta, se chegou algum pedido à Câmara, um pedido efetivo de a Câmara adquirir um terreno ou não, porque é público que a Direção dos Bombeiros está a procurar chegar a uma solução, mas naturalmente que a Câmara está sempre disponível para ajudar todas as coletividades e, por maioria da razão, uma das principais associações do concelho como é a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários e estaremos sempre de portas abertas para ajudar os bombeiros na concretização desse desidrato. Depois há bocadinho esqueci-me porque o ex-Vereador, Dr. Agostinho Gaspar, referiu aqui a questão de que ainda há freguesias sem iluminação pública. Isso não pode ser dito assim, haverá algum troço de ruas, algumas ruas até sem iluminação pública, é verdade. Na minha opinião alguns deles deviam continuar assim se não tiverem habitação e se não tiverem trânsito pedonal que o justifique, porque depois fica a iluminação pública toda a noite a gastar. Eu desafio-vos quando forem a países muito mais desenvolvidos do que nós, tipo a Alemanha, fora dos grandes centros o que é que nós temos? Bélgica e outros países, basta estarem atentos quando forem para esses países, quando saírem dos grandes centros e entrarem naquelas populações mais afastadas dos centros, a iluminação pública está onde está aglomerado, nas ligações não tem uma lâmpada. Nós, cá em Portugal até nas autoestradas temos iluminação, pelo menos nos cruzamentos. E, depois naturalmente que se gastamos em despesa corrente, não há depois recursos para investimento. Isto para dizer o quê? Que temos ainda algumas situações para resolver, temos resolvido isso de uma forma gradual, às vezes as situações demoram a resolver, porque, infelizmente a capacidade de resposta da EDP, não é a desejável. Aliás, não sei se repararam quando entramos aqui para a Assembleia a vila estava às escuras. Isto não é normal. Há uns anos, lembro-me quando assumi a vereação fiquei com a iluminação pública, não no

cesto

primeiro mandato, mas no segundo e, o problema que existia na ligação e desligação de luz na altura tinha a ver com o sistema de controlo dos relógios, as células, porque eram umas células que estavam instaladas nos postos de transformação, e se fosse um local mais sombrio tendia a acender mais cedo, se fosse um local com mais luz tendia a ligar mais tarde e, portanto, havia diferenças consideráveis de uns locais para os outros no concelho. Entretanto a E-redes na altura ainda EDP, instalou um novo sistema que supostamente ia ser xpto que eram os chamados relógios astronómicos que fazem inclusivamente a compensação em função da duração do dia, só que está pior do que estava e daí este tipo de situações, temos sentido essa dificuldade e, portanto, quando surgir esse tipo de situações, peço aos Srs. Presidentes de Junta para reportarem à Câmara Municipal para nós pressionarmos a EDP. Vou dar-lhe outro exemplo uma coisa que é uma vergonha, o Sr. Presidente não falou disso ainda a iluminação de Ponterrinhas, é outra coisa que apetece ir lá e fazermos nós, porque o problema que estava identificado era a falta de postes, exatamente, era falta de postes, porque na altura foi feita uma intervenção naquela plataforma e pelos vistos não estava previsto na empreitada a aquisição dos postes. Entretanto não sei quantos ofícios, não sei quantas pressões, aliás o assunto já foi falado mais do que uma vez aqui na Assembleia. Numa das reuniões que tive com a Sra. Diretora Regional, disse que a Câmara oferece os postes, mas já não é preciso, estão lá os postes. Agora falta a colocação, é diabólico... E já agora dar nota de que há bocadinho não falei, mas o Sr. Dr. Pedro Amaral, também falou na questão do 25 de abril, das intervenções, enfim foi com alguma tristeza até que ouvi a intervenção da oposição a dar nota de uma coisa que eu acho que não havia necessidade até porque não corresponde à realidade. Quanto enfim se identificam problemas do concelho e se fala em caminhos em terra batida, isso não é, acho eu uma crítica séria!... Porque se existe ainda algum caminho público no concelho em terra batida temos de perceber o porquê? Das duas uma, ou não serve casas e se assim for não é grave ou então se servir casas, naturalmente que eu digo isso a todos os Presidentes de Junta, isso tem de ser prioritário, porque nós não estamos nesse tempo, isso são coisas do século passado. Portanto, se porventura existir ainda algum caminho público que sirva casas e que não tenha pavimentação, seguramente que a Câmara, seja em que freguesia for, está disponível para resolver isso e deve ser prioritário. E, portanto os Srs. Presidentes de Junta todos eles em cada umas das suas freguesias vão fazendo diversas intervenções, é uma questão de darem prioridade a esse tipo de coisas. Agora o que é preciso perceber é se efetivamente são caminhos públicos, muitas das vezes as pessoas dizem que é um caminho público e nem sempre é assim. Portanto, quando os caminhos não têm infraestruturas é preciso ver bem no caso em concreto se efetivamente eles são públicos, mas ainda que não sejam que fique garantido que a partir daquele investimento eles passam a ser do domínio público a Câmara, seguramente estará sempre disponível para fazer esses esses investimentos. E, já agora, também, quer dizer quando a oposição num evento como esse alega que

*leaste*

um dos problemas do concelho é falta de alternância política estamos conversados, porque a alternância política quem decide são os eleitores, são os concidadãos de Lousada. Na minha opinião, acho que é uma crítica infeliz porque no fundo é uma crítica aos próprios eleitores que legitimamente escolheram este executivo durante a 3 eleições sucessivas e com maiorias reforçadas.» -----  
-----

----- **Efetuada a votação obteve-se a seguinte DELIBERAÇÃO:** -----

-----No uso da competência prevista na alínea f) do n.º 1 e n.º 4 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 5 do art.º 49.º e n.º 2 do art.º 51º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua versão atualizada, **a Assembleia Municipal de Lousada, aprovou por unanimidade de 32 votos a Autorização para a contração de um empréstimo, até ao valor de 2.933.364,28€.**-----

**5. -----Alteração PDM de Lousada-2023.** -----

-----A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 25 de março de 2024, deliberou por unanimidade, **aprovar e sujeitar à Assembleia Municipal de Lousada, PARA APROVAÇÃO da versão final da posposta de alteração do Plano Diretor Municipal de Lousada de 2023**, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que aprovou a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT). -----

----- **Não houve intervenções, por parte dos Membros Municipais presentes, sendo efetuada a votação obteve-se a seguinte DELIBERAÇÃO:**

----- No uso da competência prevista no n.º 1 do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que aprovou a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), **a Assembleia Municipal de Lousada, aprovou por unanimidade de 32 votos a Alteração PDM de Lousada-2023.** -----

**6. -----Instrumentos de Prestação de Contas da “Lousada Século XXI – Atividades Desportivas e Recreativas – E.M. - Sociedade Unipessoal, Lda.”, relativos ao exercício de 2023.** -----

----- Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 08/04/2024, deliberou, por maioria, **remeter à Assembleia Municipal para conhecimento os documentos relativos aos Instrumentos de Prestação de Contas da empresa “Lousada Séc. XXI – Atividades Desportivas e Recreativas – E.M. Sociedade Unipessoal, Lda.”**, nos termos e para os efeitos

  
Lousada

do n.º 1 do art.º 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua atual redação, bem como o Relatório do Fiscal Único relativo ao ano de 2023, para conhecimento e apreciação de acordo com o disposto na alínea h) do n.º 6 do art.º 25 da lei n.º 50/2012, de 31 de agosto na sua atual redação.

**----- Não houve intervenções, por parte dos Membros Municipais presentes, recaindo a seguinte DELIBERAÇÃO: -----**

**-----No uso da competência prevista no n.º 1 do art.º 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua atual redação e na alínea h) do n.º 6 do art.º 25 da lei n.º 50/2012, de 31 de agosto na sua atual redação, a Assembleia Municipal de Lousada, tomou conhecimento e apreciou os documentos de “Instrumentos de Prestação de Contas da “Lousada Século XXI – Atividades Desportivas e Recreativas – E.M. - Sociedade Unipessoal, Lda.”, relativos ao exercício de 2023”, pelos 32 membros municipais presentes na sessão ordinária. -----**

**7. -----Relatório de Execução Orçamental e Financeiro - 2023 (4.º Trimestre), da “Lousada Século XXI – Atividades Desportivas e Recreativas – E.M. - Sociedade Unipessoal, Lda. -----**

**----- A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 08/04/2024, deliberou, por unanimidade, remeter à Assembleia Municipal, os documentos relativos ao Relatório de Execução Orçamental e Financeira - 2023 (4º Trimestre), da empresa “Lousada Século XXI- Atividades Desportivas e Recreativas – E. M - Sociedade Unipessoal Lda.”, apresentado pelo seu Conselho de Administração, para efeitos de acompanhamento e controlo, nos termos previstos no artigo 42.º n.º 1 da Lei 50/2012, de 31 de agosto na sua redação atual que lhe foi dada pela Lei n.º 69/2015. -----**

**----- Não houve intervenções, por parte dos Membros Municipais presentes, recaindo a seguinte DELIBERAÇÃO: -----**

**-----No uso da competência prevista no art.º 42.º, n.º 1 da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua atual redação a Assembleia Municipal de Lousada, tomou conhecimento dos documentos do Relatório de Execução Orçamental e Financeiro - 2023 (4.º Trimestre), da “Lousada Século XXI – Atividades Desportivas e Recreativas – E.M. - Sociedade Unipessoal, Lda., pelos 32 membros municipais presentes na sessão ordinária -----**

**----- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----**

*l. castro*

----- A senhora Presidente da Assembleia deu início ao período de intervenção do Público. -----

----- Mais ainda, foram informados os Municípes inscritos para intervir na Assembleia Municipal (Período da Intervenção do Público) que a mesma estava a ser transmitida via streaming, áudio e vídeo, sendo-lhes entregues a folha de informação e consentimento de transmissão desta sessão da Assembleia Municipal. -----

-----Saíram definitivamente da sala os seguintes Membros Municipais:--

- João Carlos Pinto Correia, do Partido Socialista e, -----
- João Fernando Pinto Magalhaes, Presidente da Junta da União de Freguesias de Figueiras e Covas, da Coligação acreditar Lousada. ---

**A senhora Presidente da Assembleia, LURDES CASTRO, deu a palavra ao Municípes para intervirem, em primeiro o Município: -----**

----- **Intervenção do senhor MANUEL PINHO:** «Muito boa noite Senhora Presidente da Assembleia, Secretariado, Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, Grupos de Deputados, Senhores Assistentes da Autarquia, Público aqui presente e Comunicação Social se cá estiver e também a todos os que nos estão a ver nas plataformas digitais. Já que se falou aqui tanto do 25 de abril, eu gostaria de falar de uma situação que já foi referida aqui como valorativa por parte município que na minha opinião não o é, tem que ver com a transparência. Hoje os critérios de valorizar municípios são fantásticos, não faltam entidades muitas delas até pagas para se poder valorizar os municípios, não sei se é o caso, mas colocar um vereador como Nélon Oliveira a colocar os próprios dados numa plataforma sem ser a própria entidade a trabalhar eu acho que, certamente, tem outras coisas mais importantes a fazer e essa também não é propriamente transparência tendo aquilo que refere e aquilo para o que praticamente foi eleito. Mas vamos presumir que realmente são importantes esses elementos, eu queria ajudar nesse trabalho do senhor Vereador e também propunha ao senhor Presidente da Câmara, se fosse possível, porque nós vimos a esta Assembleia Municipal e acho que era importante e totalmente transparente colocar os documentos que estão aqui a ser discutidos antes, que é para as pessoas os poderem ver. Também estive na plataforma do site e, curioso, os objetivos estratégicos estão lá até 2021, portanto, não há objetivos por parte desta autarquia a partir de agora, de 2021 para cá isso não existe. Já agora vou aproveitar os que estão aqui e ainda estou à espera da bienal de vestuário, estou à espera da Praça do Românico, estou à espera do Mercado Municipal, estou à espera da Casa da Juventude estou à espera do circuito desporto automóvel, auditório, estou à espera de muita coisa destes famosos objetivos estratégicos

45  
Lousada

2019/2021. Não conheço 2021/2025 supostamente, não sei se é de 2 em 2 anos porque não estão lá, acho que deviam estar. Também é estranho estarmos aqui a ver aqui uma prestação de contas se não temos acesso também ao orçamento para analisarmos a prestação de contas. Mas, pegando nas contas, eu também gostaria de saber o seguinte: Quando o auditório era grande a nós faltava a cultura para o encher, agora temos cultura a mais para auditório que agora é pequeno, conclusão, é preciso ou não espaços culturais no concelho para estarmos com a capacitação de cultura com o concelho precisa? Claro que são necessários! É uma hipocrisia estamos a dizer o contrário, até porque, andamos a pagar à Scholl Dance cadeiras para fazer um espetáculo aqui no concelho, a financiar custos altíssimos para a Scholl Dance não ir para fora do concelho. Das duas uma, se é para fazer o que o Senhor Deputado João Correia referiu ia-se para o pavilhão multiusos de Paredes, portanto, não precisavam estar a custear cadeirinhas para fazer espetáculos no concelho. A Autarquia tem de perceber, de uma vez por todas, que ter um limite de endividamento de perto ou mais de vinte milhões de euros e não faz obra nenhuma, só quer com PRR's e Fundos Comunitários. À população, não interessa contas direitinhas quando temos as estradas estragadas, quando temos os objetivos que nunca são conseguidos. Vir com esta hipocrisia dizer que realmente somos um Município cultural e que vivemos cultura se não temos espaços para a podermos demonstrar? Temos que ir para fora e um raio de quilómetros bastante grande, isto é tudo uma hipocrisia. Ou das duas, uma, eu por acaso fui sempre um que valorizei a cultura no Concelho enquanto profissional. E, sabem uma coisa, os outros municípios à volta não tinham a capacidade que Lousada tem, Paredes, ao contrário do que o senhor Presidente da Câmara diz, eu vou corrigi-lo, teve de fundos comunitários apenas, e só, cerca de dois milhões de euros. O auditório em questão, que está fantástico, vai ter não só aquilo que foi referido vai ter também um auditório com duzentos e tal lugares e um outro espaço exterior para três mil e tal lugares esse mesmo auditório vai custar cerca de onze milhões de euros, conclusão, há aqui um esforço financeiro da autarquia de sete milhões de euros, portanto, o que é que me interessa ter vinte e tal milhões de euros que não gasto, se temos estradas estragadas e o senhor nem uma obra vai acabar seu mandato ao contrário do que referiu na última vez, que não tem marca nenhuma, até o raio do evento numa zona industrial estamos a colocar um centro de formação em vez de estarmos a colocar lá indústrias. Eu preferia mil vezes o centro de formação em qualquer outro espaço menos ocupando um único metro que fosse numa zona industrial, não faz sentido! E, já agora, gostaria de saber como é que está essa zona industrial, como é que está o investimento das empresas qual é o incentivo que está a existir e esse centro de formação também se ele existe ou se vai existir até ao final do seu mandato. Pelos vistos também não é da Autarquia, é da CIM, é outra que também não é uma obra sua. Grandes obras nem as ver e os objetivos estratégicos nem no site estão. Por último, queria referir o seguinte: acho que tanto os bombeiros, como o circuito, nesse aspeto o doutor Jorge Magalhães dá

*DF  
Lousada*

uma bofetada em relação à sua governação, expropriou algo para conseguirmos algo que é fantástico aqui no Concelho, o senhor nem um terreno para os bombeiros consegue colocar o interesse municipal. Enquanto Paredes tem multissos lá sabe porquê? Porque fez o interesse municipal e foi por isso que ele já existe. Neste momento, tanto os bombeiros como também qualquer outro equipamento que seja importante para o futuro do concelho nós temos de ter uma atitude mais proativa, algo que o doutor Pedro Machado não tem, mas fique com os 20 e tal milhões de euros de endividamento e nós continuamos sem as obras. A população não vem para cá viver porque não tem capacidade. Já para não falar de habitação, acaba em maio a candidatura a construções acessíveis, acaba em maio a apresentação de propostas a custos acessíveis. Explique-me a mim quais são, neste momento, os investimentos que tem na habitação que possa mostrar aos outros municípios que realmente é diferente ao nível de investimento.» -----  
-----

-----E, de seguida o Município: -----

-----**Intervenção do senhor José Alberto Matos:** «Estive aqui a última vez e esse senhor não me deixou fazer a última pergunta, o meu tempo é mais limitado que este senhor. Eu queria fazer uma pergunta e se puder fazer a segunda ainda é melhor, porque se conseguir fazer as duas perguntas já não venho cá mais, e o Sr. Presidente já podia dizer assim: o indivíduo já não vem cá fazer mais perguntas porque eu meti-o em Tribunal, ele agora está com medo. Senhor Presidente dá-me licença que faça a pergunta? Naquela reunião que o senhor me ameaçou e me tratou mal lá dentro, eu disse que o senhor era funcionário público e o senhor disse que não era funcionário público, eu disse que o senhor era pago pelos impostos do povo o senhor disse que não era pago por impostos do povo. A pergunta é esta: quem lhe paga? A segunda pergunta é para os dois vereadores que estão aí ao lado você pode responder assim, depois de destruir o Rio Mesio, agora está aqui no jornal TVS, estão a vender o Rio Sousa, eu queria saber o que é que se passa no Rio Sousa? Eu sei que o senhor vai arranjar um problema qualquer e dizer que não, mas de qualquer forma, eu vou mandar investigar isto e vou meter em Tribunal, na Polícia Judiciária, no DIAP de Lisboa para saber o que se está a passar. Isto que se está a passar no Rio Sousa é uma vergonha, não falando do Rio Mesio que já está acabado há muito tempo, já nem peixe tem, nem se pode beber um pouco de água porque a pessoa pode morrer. Era só isso, agora vou embora, minha senhora, já não tenho mais perguntas. Obrigado pela sua atenção. Senhor Presidente pode dizer ao povo que me meteu em Tribunal.» -----  
-----

-----**Resposta do senhor Presidente da Câmara Municipal, PEDRO MACHADO:** «Respondendo ao cidadão Manuel Pinho eu acho que ele foi bem elucidativo de que para si fazer despesa e não a pagar, se calhar, não tem importância. Para mim tem, para mim tem muita importância! Há

peças para as quais fazer despesa não interessa, depois alguém há-de pagar ou fica-se a dever depois vê-se. Eu não funciono assim! Eu sou um homem honrado, de palavra e acho que nós devemos dar o passo em função da perna, naturalmente que existe capacidade de endividamento, é possível que ainda recorra a ela, mas não vou à partida entrar em descabimentos, portanto, o senhor tem outra opinião, tem é de concorrer à Câmara e esgotar a capacidade toda. Se os nossos concidadãos acharem que é isso que querem para o nosso futuro, estourar as contas públicas, a capacidade de endividamento o senhor tem de concorrer à Câmara e a 1.ª proposta será esgotar a capacidade de endividamento. Eu ouvi aqui a falar de hipocrisia, e nem sei que hipocrisia é essa, pelo facto de termos capacidade de endividamento e não a usarmos. Nós usamo-la, mas usamo-la de uma forma responsável. Foi aquilo que eu acabei de dizer, quer na prestação de contas, quer na contração do empréstimo e é assim que deve ser. Isto não quer dizer, volto a repetir, que nós não possamos ainda recorrer a empréstimo, eu já disse aqui noutras reuniões anteriores e há bocadinho não o referi, mas é importante referi-lo, para além daquilo que são os investimentos que nós temos sinalizados no 2030 que infelizmente tardam em iniciar, por atraso dos fundos comunitários, há depois dois grandes investimentos que eu gostaria ainda de os realizar. Um já referi qual é, não sei se vou conseguir porque não vou abdicar de tudo para concretizar esse sonho, pelo menos vou deixar condições para que se abra essa possibilidade para quem me vier a suceder, eventualmente, possa concretizar isso e tem que ver com o multiusos e o outro é pista da costilha. Já aqui foi referido, numa reunião anterior, e o que está em cima da mesa e que está a ser negociado é um acordo com os proprietários dos terrenos, a INTUL, à partida, se chegarmos a acordo, nós não vamos pagar em dinheiro, mas vamos pagar em obra e em investimento, mas depois temos ainda a aquisição de outro tanto para o paddock e aí é uma compra pura e dura e é preciso dinheiro para a pagar. A ideia, se chegarmos a acordo, é fazer um empréstimo para adquirir essa parte. Se isto não são grandes investimentos, se não são investimentos pensados a médio e longo prazo, não sei o que será. Eu já disse aqui também numa reunião anterior que não tenho memória da Câmara Municipal ter adquirido tantos terrenos como nestes últimos mandatos, sobretudo, nestes últimos dois. São hectares e hectares de terreno que a Câmara tem comprado porque, não estamos preocupados apenas em fazer obra para o momento, mas deixar condições para o futuro. O exemplo que o Presidente há bocado referiu deste terreno é essencial, não incomoda, quando muito poderá precisar de uma limpeza, é uma coisa que temos de tratar. Nós termos terrenos dá-nos uma capacidade de atuação fantástica, apareçam depois as oportunidades porque o primeiro entrave na concretização dos investimentos são os terrenos. Os terrenos custam uma fortuna. No caso em concreto do complexo, se nós tivéssemos de expropriar tudo não era viável a sua execução. O complexo foi construído porque a esmagadora maioria das pessoas estiveram disponíveis para vender os terrenos a preços razoáveis, para não dizer preços acessíveis. A única exceção foram duas

expropriações de duas pequenas parcelas, comparativamente com a dimensão de complexo, e os preços dispararam, porque, infelizmente foram consideradas as benfeitorias do próprio complexo, quando não faz sentido nenhum porque aquilo antes de se fazer aquela obra era florestal, pura e simplesmente. As coisas não são assim tão fáceis como podem parecer, não é, seguramente, falta de ambição. A ambição existe, mas temos de ter os pés bem assentes na terra. Essa ânsia de fazer, foi a mesma ânsia que levou a que o País e as Câmaras Municipais deixassem de pagar aos seus fornecedores, algumas Câmaras Municipais com atrasos de 2 e 3 anos e foi por isso que depois veio ao programa de assistência para os municípios, foi por isso que depois vieram limitações legais para o endividamento para os pagamentos em atrasos porquê? Porque não houve essa responsabilidade, e queria dar nota só de que efetivamente nós temos um plano ambicioso e que estamos a procurar na medida do possível concretizar. Mas é mais certo eu sair da Câmara com a frustração de não ter conseguido fazer tudo o que pretendia, do que sair de consciência pesada por ter feito o que não devia e de ter hipotecado o futuro dos nossos concidadãos. Foi assim que eu me apresentei à população, foi nesse pressuposto que as pessoas votaram em mim e é assim que eu vou continuar a ser. Volto a dizer, não estou com isto a dizer que não vamos ainda recorrer a alguma margem de endividamento, mas faremos sempre com essa responsabilidade. Relativamente à questão do centro de formação, o centro formação foi e é um projeto que foi sinalizado pela CIM em que houve um consenso relativamente à localização, mas é um projeto do Instituto de Emprego e Formação Profissional financiado pelo PRR e espero que o atual governo dê sequência a isso, uma vez que o projeto já estava a ser desenvolvido e o financiamento estava garantido, agora urge dar-lhe execução. Relativamente à última questão da AAE de Caíde, o regulamento já foi publicado, o júri está a preparar os subscritérios de seleção para poder levar o assunto à reunião de Câmara e para depois se abrir o aviso, contamos fazê-lo em muito curto prazo. -----

----- No que diz respeito à questão da transparência que aqui foi referido foi dado nota de que aparece logo o e-mail ou endereço Dr. Nelson Oliveira, por uma razão muito simples porque foi ele, enquanto chefe de gabinete, que começou a tratar deste assunto e, porventura, estará lá ainda o contacto dele, mas naturalmente que este exercício de carregar aqueles dados que lá estão e alguns dos quais eu acho que é um perfeito absurdo é um trabalho que é feito por todos os serviços, não é uma única pessoa que o faz. O índice de transparência municipal é gratuito, as câmaras municipais não pagam qualquer valor para o efeito, é um repositório de informação que tem de ser lá colocada e que depois há uma avaliação que é independente e que as câmaras municipais não têm qualquer intervenção nessa matéria. Por último referiu também aqui que relativamente aos objetivos estratégicos que no nosso site só estão de 2021 vou verificar e a confirmar-se o que disse temos de o atualizar. Relativamente à outra intervenção, eu prefiro não responder porque o senhor já faz isto repetidamente vem cá, faz as perguntas e não ouve as

respostas, mas de qualquer modo é um assunto que é de todos conhecido já aqui foi falado mais do que uma vez e tem que ver, creio eu, com umas obras ilegais que há uns anos foram feitas perto da ponte da Amieira. A Câmara Municipal, nessa altura, levantou os autos, aplicou as coimas, ordenou a demolição e depois houve um processo judicial em que o visado dessa ordem de demolição impugnou a ordem da Câmara alegando uma coisa que é surreal dizendo que Câmara não tinha competência porque tratando-se do domínio hídrico, a competência é específica da Agência Portuguesa do Ambiente. Também tem competência, mas são competências cumulativas. Quando a Câmara exerceu os poderes de tutela da legalidade urbanística não foi ao abrigo do domínio hídrico, mas ao abrigo da legislação urbanística que exige o licenciamento urbanístico e foi pela falta de licenciamento urbanístico que nós, na altura, atuamos. Agora, uma coisa é verdade, o problema é que neste país a maior parte das entidades são muito ágeis a aplicar coimas, mas depois a reposição da legalidade é que é o grande problema e, naquele caso em concreto, e não é único, infelizmente, nosso concelho o que falta é a reposição da legalidade que passa pela demolição daquelas obras e nós temos insistido, insistido, insistido com as entidades, com quem de direito para esse efeito e esperamos que, efetivamente, um dia isso aconteça. Esta lógica dos fundos comunitários é bastante diferente e parece que vai haver dotações específicas para a correção destes passivos urbanísticos e ambientais. Haja recursos para repor a legalidade e depois são mais questões legais, porque num estado de direito as pessoas têm obrigações e têm direitos e muitas das vezes recorrem a esses direitos, por vezes, abusando deles para protelar as situações e é isso que depois o cidadão comum muitas das vezes não percebe porque é que as coisas não andam, porque é que as coisas não se resolvem. Nós e todas as entidades temos regras para cumprir sob pena de podermos arcar com as consequências de queixas, como já aconteceu no passado e no passado nós numa situação completamente ridícula em que os serviços estavam a fazer uma obra na berma de uma estrada a proprietária do terreno, que confinava com essa estrada porque tinha algum problema mal resolvido com a Câmara, que não quero aqui citar apresentou uma queixa contra o diretor do departamento porque estaria a invadir terreno privado e a fazer obras em terreno privado, ele ainda teve que ir a Tribunal responder. É evidente que foi arquivado, mas é só para verem que, por vezes, não é fácil, temos de estar sempre seguros daquilo que são as nossas atuações.» -----

-----E nada mais havendo a tratar, a **Presidente da Assembleia Municipal, Lurdes Castro, deu a palavra ao senhor Rúben João Pinto Bessa, 1.º Secretário da Assembleia Municipal, que leu a Minuta da Ata.** -----

-----E, em seguida a **Presidente da Assembleia, Lurdes Castro, submeteu à votação a Minuta da Ata n.º 15/2024, que foi aprovada por unanimidade de 30 votos** e que fica apensa a esta ata, **declarando a sessão encerrada às 23 horas e 36 minutos.** -----



----- FALTARAM À SESSÃO OS SEGUINTE MEMBROS MUNICIPAIS: -----

- Eduarda Filipa Pereira Ferreira (PS); -----
- Ricardo Bessa Marques (Coligação Acreditar Lousada) e, -----
- Armando da Costa Silva, Presidente da Junta da União de Freguesias de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão) (Coligação Acreditar Lousada).

Lousada, 30 de abril de 2024.

**A Presidente da Assembleia Municipal**

Maria de Lurdes Oliveira e Castro Maria de Lurdes Oliveira e Castro

**O 1º Secretário**

Ruben João Pinto Bessa \_\_\_\_\_

**O 2º Secretário**

Vítor Carlos Almeida da Silva Vítor A. Silva

**Ata aprovada na sessão ordinária de 23/06/2024 por unanimidade dos membros presentes participantes na sessão ordinária de 30/04/2024.**